

UNIVERSIDADE
FEDERAL
DA PARAÍBA

"TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA"

A ATUAÇÃO DA IGREJA NO CONFLITO DE ALAGAMAR

Ivalmira Guedes da Silva

GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO: BACHARELADO EM HISTÓRIA

"Terra para quem nela trabalha"

A ATUAÇÃO DA IGREJA NO CONFLITO DE ALAGAMAR
(1975 - 1980)

Monografia apresentada conforme exigências do Curso de Bacharelado de História da Universidade Federal da Paraíba - Campus II, para conclusão de curso.

Professor Orientador:

Durval Muniz

CAMPINA GRANDE - 1986



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	01
<u>CAPÍTULO I</u> - SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO DO BRASIL PÓS 64	
I.1. Desenvolvimento Capitalista no Brasil Pós 64	03
I.2. Questão da Terra Pós 64	08
I.3. Proálcool	12
<u>CAPÍTULO II</u> - EVOLUÇÃO DA ATUAÇÃO DA IGREJA NO CAMPO SÓCIO-ECONÔMICO	
II.1. Atuação Social da Igreja: Evolução , Contradições	18
II.2. Posição da Igreja com Relação ao Pro - blema da Terra	23
II.3. O Relacionamento Entre Igreja e Sindi- calismo	
<u>CAPÍTULO III</u> - A IGREJA E ALAGAMAR	
III.1. Causas do Conflito em Alagamar.....	33
III.2. Atuação da Igreja no Conflito em Ala- gamar	38
III.3. Relação Igreja e Sindicato em Alaga - mar	48
CONCLUSÕES	54
BIBLIOGRAFIA	57/59
ANEXOS	60/68

"A fome é resultado de uma sociedade que se organiza sobre a injustiça. Suas vítimas são os milhões da multidão silenciosa que, com seu trabalho, não consegue ganhar o suficiente para mater a fome, a fome de sua mulher e de seus filhos. É o caso de milhões de trabalhadores sem carteira assinada. É o caso dos bôias-frias, dos mendigos que disputam restos de comida nas latas de lixo e nos monturos de limpeza urbana."

(Natal em Família - pg 16 - 1984).

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado com a preocupação básica de analisar a forma de atuação da Igreja no conflito social de Alagamar entre 1975/80. Alagamar compreende uma área mais ou menos de 14 mil hectares e fica localizada entre os municípios de Itabaiana e Solgado de São Félix, na Paraíba.

A vontade de conhecer melhor este conflito, nos levou a escolher esse tema. Pois, a história oficial, contada sobretudo, pela classe dominante, somente exgrandecendo os dominadores, nos faz querer recuperar, a história daqueles que realmente a fazem através do seu cotidiano.

O trabalho envolve algumas questões, objetivando encontrar respostas e ao mesmo tempo fazer uma avaliação sobre a atuação da Igreja nesse conflito. O questionamento centra-se nas seguintes perguntas: Como se deu a atuação da Igreja no conflito de Alagamar? Qual é a relação entre Igreja e Sindicalismo em Alagamar. Foram relações de complementação, suplementação ou conflito?

Utilizamos como fontes bibliográficas alguns livros, várias revistas e jornais da época, que analisam o problema da terra e a atuação da Igreja no setor econômico e social. Também nos foi dada a oportunidade de fazemos uma entrevista com o advogado Wanderley Caixe, coordenador do CDDH da Arquidiocese da Paraíba no mesmo período do conflito de Alagamar.

Procuramos fazer o trabalho, dividindo-o em três ca-

pítulos. O primeiro será uma análise sobre o desenvolvimento do capitalismo pós-64, a modernização conservadora da agricultura, envolvendo o problema da Terra e o Proalcool. No segundo capítulo colocamos em evidência a evolução da atuação da Igreja no campo sócio-econômico, sua posição em relação ao problema da terra e o seu relacionamento com o sindicalismo. No terceiro capítulo, abordamos o conflito de Alagamar, destacando a atuação dos Sindicatos, bem como a relação entre essas instituições no decorrer do conflito.

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO DO BRASIL PÓS 64

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL PÓS 64

Após o golpe militar de 1964, o Brasil inicia nova fase em sua vida política, econômica e Social. A partir daí passa a dirigir o País, os militares. A política econômica foi desenvolvida no sentido de "combater" a inflação como também num programa que se baseava no liberalismo econômico, isso tudo era feito através de meios da austeridade e recessão. Busca o capital internacional, procurando desse modo amenizar os problemas criados pela depressão econômica, pondo em risco a nacionalização da área industrial e, sobretudo, aumentando nossa dívida externa.

Durante o período de domínio militar, foi permitido o crescente aumento das exportações como também (mencionado acima) aumento da entrada de capital internacional, porém a distribuição de renda nacional continuou do mesmo modo, concentrada nas mãos de uma minoria, a burguesia brasileira. O retrocesso foi bastante evidente em todos os sentidos; a reforma agrária, bastante discutida no início da década de 50, e necessária à população brasileira (principalmente a rural) não passou de um sonho. Isso por que a burguesia rural se opôs a mudança das estruturas fundiárias e agrárias, e além de não se propor a efetivar qualquer transformação o governo dava-lhe liberdade no sentido de ocuparem as terras, mesmo sendo através da violência.

A concepção militar sobre a Reforma Agrária, era de que sua realização, precisamente não teria que ser realizada através de uma luta política, apesar de reconhecerem sua necessidade em seus discursos. Contudo, constatamos que o próprio governo não

promoveu a reforma agrária em nenhum sentido, deixando a situação ao agrado dos grandes grupos econômicos que, a cada dia, retira, expulsa da terra aqueles que a merecem de direito.

Então todas as lutas e manifestações exercidas pelos líderes camponeses e os trabalhadores rurais mais esclarecidos, foram totalmente proibidas; repressão foi tamanha que muitos líderes foram torturados, exilados e alguns exterminados. Após a repressão, o controle dos órgãos de representação por parte do Estado, é uma realidade. Grande parte dos camponeses, passa a atuar clandestinamente, ampliando na medida do possível, suas ligações com setores mais progressistas, visando conseguir pelo menos parte de suas reivindicações anteriores.

No que diz respeito à política agrícola, o Governo ditatorial, estabelece uma política, onde a proposta fundamental é a de modernizar a agricultura, seguindo nesse modo a reforma em outros países; como sabemos, aproximadamente todos os países do mundo após a 2ª Guerra Mundial apresentaram notadamente grandes modificações no setor agrícola. A partir daí deram nova denominação à agricultura nitidamente tradicional, passando a chamá-la de agricultura "moderna". Passava a ser moderna porque iria utilizar o crédito bancário, sementes, fertilizantes, maquinarias, insumos etc. Os bancos começaram a financiar esse modelo novo de agricultura, que no início é apresentado como um meio de resolver os problemas, principalmente dos médios e pequenos proprietários, porém a longo prazo viria acarretar novos problemas aos menos favorecidos. A sua eficácia ficou na aparência; no início as nações mais necessitadas passaram por momentos de prosperidades, pois houve maior circulação da moeda; havia mais riqueza; aparentemente havia transformações, as quais

proporcionavam tanto aos agricultores quanto aos governantes, plena satisfação. Contudo, mais tarde a realidade veio à tona. O mundo inteiro haveria de presenciar novos problemas causados principalmente por essa política agrícola. Os países periféricos se tornavam cada vez mais pobres, devido ao uso indiscriminado de insumos e mal direcionamento nos incentivos. "Se chegou a um estágio em que a agricultura se transformou numa monocultura. Hoje no Brasil nada mais é do que campo de algumas monoculturas extensíssimas, voltada para a exportação".¹

O problema da monocultura no Brasil, é bem real; podemos constatar aqui no Nordeste que as grandes propriedades cultivam mais precisamente a cana-de-açúcar que é destinada à exportação; as outras culturas não são produzidas nem mesmo para a subsistência da população que trabalha na terra. E o porque desse comportamento está no desígnio do permanente crescimento do poder econômico da classe dominante em maior concentração de riquezas, onde as grandes propriedades passo-a-passo vão engolindo as pequenas. A situação se torna mais grave, porque quem mais necessita de ajuda e incentivos do Governo, são os médios e pequenos proprietários, porém são os ricos - por possuírem bens - dadas as facilidades, crédito rural e todo tipo de financiamento liberados, ficando, assim, o pobre à mercê de sua sorte.

O termos agricultura "moderna", principalmente com relação ao Nordeste brasileiro, apresenta grande diferença entre o discurso e ação dos governantes, não passando de mera utopia. Sabemos que, na realidade, os benefícios proporcionados pelo Estado, jamais alcançaram os mais necessitados, pois máquinas, insumos e financiamentos são acessíveis aos grandes proprietários.

A expressão "Agricultura "moderna" veio para Matar",²

título de um artigo do professor S. Pinheiro, está muito bem colocada, isso por quê os grandes proprietários são a minoria, todavia minoria que manda, executa e possui todo tipo de privilégio nesse País.

Realmente, podemos constatar que a agricultura modernizada acelerou a miséria do pequeno agricultor. Muitos trabalhadores rurais passaram e passam da condição de donos de pequenas propriedades para simples empregados; são obrigados a sair do chão onde sempre viveram ou seja são desapropriados, expulsos e em seguida descaradamente explorados pelos ricos.

A modernização da agricultura brasileira, propiciou a instalação de empresas multinacionais no nosso País, atraídas pelas isenções fiscais em nome do "desenvolvimento regional". Essas empresas estavam destinadas a produzir máquinas, fertilizantes e insumos para o consumo e, já que a oferta de mão-de-obra era grande, os lucros seriam extraordinários, tornando bastante viável mais e mais a criação de outras empresas. Com a instalação dessas multinacionais, houve um aumento da dívida externa do Brasil, obrigando-o a pagar em divisas.

Na verdade, a mecanização na produção, em hipótese nenhuma, veio no intuito de aumentar o emprego no setor agrícola, pelo contrário cria um exercício de reserva, onde o trabalhador é obrigado a aceitar os baixos salários que lhe são oferecidos. O trabalhador, o "boia-fria", peão etc., somente encontra emprego num período do ano, dessa forma, outra parte do ano fica totalmente desempregado. Realmente com a mecanização, os lucros são bem maiores e tendentes a crescerem mais ainda, satisfazendo os empresários rurais que sempre são os beneficiados.

Além da obtenção dos grandes lucros, o crédito agrícola é facilitado.

Torna-se muito difícil a realização de uma verdadeira Reforma Agrária no Brasil, pois toda política feita em favor dos latifundiários desde o início da década de 50 até os dias atuais, reforçou o poder dessa classe dominante rural, fortalecendo-a politicamente, permitindo que se oponha a um questionamento mais radical da estrutura fundiária. Soma-se a isso os prejuízos causados aos trabalhadores, com a expulsão frequente das terras, rebaixamento dos salários, repressões as suas organizações de classe etc. Quer dizer, que os problemas se agravaram mais. Todos nós somos testemunhas de que a concentração de riquezas se acentua, tornando-se difícil a solução e o processo de mudanças na estrutura fundiária.

QUESTÃO DA TERRA PÓS 64

O desenvolvimento capitalista no Brasil, como já vimos, só fez agravar a questão da Terra, embora esse problema seja bem remoto.

A total exploração sobre o homem rural, sem qualquer direito (somente deveres) torna-se em caso gritante.

Existem leis para beneficiar o camponês, porém ficam simplesmente no papel, jamais são postas em prática. Em 1947, circulou pelo Congresso, um projeto que realmente executado beneficiaria o trabalhador rural, mas devido à oposição de setores do mesmo Congresso, ligados aos grandes proprietários, só em 31/11/64, já sob comando dos militares, foi substituída pela Lei nº 4.504, que dispunha sobre o Estatuto da Terra. Antes em 1962, foi estabelecido o Estatuto do Trabalhador Rural, que também pela oposição dessas mesmas forças, foi promulgado com uma série de limitações que comprometiam os interesses dos trabalhadores rurais. Mas, apesar de apresentar graves falhas, afirma Caio Prado Júnior que "se efetivamente a lei fosse aplicada com o devido rigor promoveria por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas pelo País"². Confirma também que "seria uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888"³. Como a Lei do Estatuto dos Trabalhadores Rurais não foi legalmente aplicada, na verdade não resolveu os problemas (de terra) dos trabalhadores rurais. Após ditada a lei trabalhista o que se verificou, por um lado, foi o maior número de trabalhadores temporários (diaristas, volantes, bôias - frias etc) isso por quê os grandes proprietários se negavam a lhes ce-

der direitos que os beneficiariam, principalmente os salários pagos por sua produtividade, de certa forma, agravando a situação, pois passou a existir grande contingente de desempregados e subempregados, e, por outro lado, provocou a migração de grande parte de população rural à procura dos centros urbanos, tornando mais comprometedor a situação das cidades com o aumento das favelas nas suas periferias.

O Estatuto da Terra se transformou em lei em 1964, objetivando promover, sobretudo, a Reforma Agrária, estabelecer "uma unidade legal de medida das propriedades, considerando-se a interdependência entre tamanho e situação geográfica"⁴. Dessa forma, regularia os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola no País. O Estatuto da Terra prevê a criação de Cooperativas integrais de Reforma Agrária, a CIRA. Porém o que vemos é um movimento cooperativista no meio rural, somente nos estados do sul, isso por quê recebem grande influência européia. Infelizmente, do mesmo modo em que não houve por parte do Governo interesse em colocar em prática as leis estabelecidas no Estatuto do Trabalhador Rural, o Estatuto da Terra, também não seguiu o que na verdade havia legalizado. Por isso não exprimiu e nem resultou em benefícios nenhum ao trabalhador rural. Realmente no Brasil uma das principais características da estrutura fundiária, continua sendo até hoje a grande concentração de terras, ou seja, aumenta os grandes latifúndios nas áreas ocupadas. Para termos idéia dessa concentração no Brasil: "Acerca de 340 latifúndios por dimensão no País são detentores de 47.500.000 hectares de terra, o que dá uma média de 140 mil hectares por latifúndio. Estes 340 grandes imóveis rurais possuem 2.5000.000 hectares a mais do que a soma das terras de 2.500.00

municípios do País. O espaço de terras mal aproveitadas ou ociosas nos latifúndios, em geral equivale ao território da Argentina. Outros dados dão conta de que no período de 1972 e 1976, segundo informações dos órgãos oficiais competentes, da nova área incorporada nesse período para atividades agropecuária, no País, 78,66% foi incorporada por imóveis com tamanho de 500 hectares incorporavam somente 5,95% das novas terras. E este processo de concentração de terras em mãos de grandes proprietários tendem a acentuar-se nos anos posteriores a este período graças aos incentivos dados pelo Governo e negados para o pequeno produtor rural".⁵

E, além dessa grave situação, ainda por cima ocorre a transferência das terras destinadas ao plantio de alimentos pela cultura tipo exportação, acarretando tal substituição, um índice cada vez maior da fome e miséria no País.

Em 1970, o Decreto, nº 1.110, cria o Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA. Esse órgão surgiu tendo como justificativa inicial, proporcionar aos agricultores, seu desejo principal, que seria a distribuição de terra, como também oferecer os meios adequados para que eles pudessem nela produzir sua própria sobrevivência. Um dos trabalhos do INCRA é "legitimar e regularizar a posse e ocupação nas terras públicas e devolutas federais, concorrendo para a solução de conflito e demais formas de tensão social no meio rural, em áreas de fronteira de segurança nacional.⁶ Outro objetivo, também primordial e "o de promover, coordenar, controlar e executar a colonização".⁷ Contudo, o que presenciamos é uma concentração progressiva de terras, fortalecendo uma parcela da classe dominante agrária. Os conflitos de terra são uma constante, as manifestações da classe trabalhadora rural em repúdio à negligência da forma como são tratados os

seus problemas, é uma realidade. Dessa maneira, podemos comprovar que esse órgão não desempenhou seu papel, pois não cumpriu os objetivos inicialmente formulados. E, não fazendo grandes realizações, deu margem para a continuidade do subdesenvolvimento no País.

Verificamos frequentemente um processo desumano de expropriações do homem do campo. O êxodo rural é alarmante. E essa terra que fica desocupada, ociosa, para quem servirá? Logicamente, num primeiro plano, para atender aos interesses de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, ou seja, os donos dos meios de produção e num plano geral, para satisfazer os propósitos do capitalismo.

Mas, apesar de a classe dominante ou, dos proprietários, agirem de forma violenta e, através da exploração contra os trabalhadores rurais em favor do seu próprio proveito hipótese nenhuma o camponês aceita a situação passivamente. No final da década de 50 e início de 60, os trabalhadores rurais se organizaram em Ligas Camponesas, em Sindicatos, se organizaram e lutaram, principalmente para obter uma Reforma Agrária ampla e justa. E a luta continua!

PRÓ-ALCOOL

No início da década de 70, o mundo atravessa grande crise petrolífera. Não por quê o produto estivesse em falta ou escassez, sobretudo pela alta dos preços adotado pelos países produtores. Particularmente o Brasil, passa a sentir imensas dificuldades por ser um dos grandes compradores de petróleo, pois nossas reservas em exploração eram poucas, não atendendo à demanda. Há quem justifique o alto preço do petróleo como sendo um dos fatores para o acelaramento da dívida externa nacional, por tanto, temos que averiguar o aumento das exportações, que no caso poderia equilibrar ou compensar essa importação de combustível a custo tão caro. Diante desses problemas alguns pesquisadores brasileiros estudavam os elementos que, possivelmente pudessem ser aproveitados como fontes energéticas. Foi o caso da pesquisa com a utilização da cana-de-açúcar e a mandioca para a produção de álcool, combustível, como fornecedores alternativos de energia. Diante dessa possibilidade foi criado em 1975, o Proalcool - Programa Nacional do Alcool. Antes, em 1971, tinha surgido o Planalçúcar - Plano Nacional de melhoramento da Cana-de-açúcar, com vistas a melhorar a produtividade da cana-de-açúcar.

O Próalcool teve como objetivos iniciais "reduzir as disparidades regionais da renda (plantio de mandioca em particular) redução das disparidades individuais de renda por estar voltado para a agricultura e produtos intensivos em uso de mão-de-obra; melhor utilização de fatores ociosos, em especial, terra e trabalho; economia de divisas; expansão da produção de bens de capital".⁹ Com a implantação de destilarias, o Governo

passa a investir fortemente na produção do álcool, "entrou com 60% dos 6 bilhões de dólares gastos oficialmente no Proálcool, emprestando dinheiro supercamada e a juros abaixo da inflação". Dados oficiais afirmam que esse programa, contribui, desde sua criação, para "poupar 9 bilhões de dólares em divisas".¹⁰

Atualmente no Brasil, "rodam 2,5 milhões de carros movidos a álcool e no ano passado, de cada cem carros vendidos noventa e cinco eram a álcool e só cinco a gasolina, isso mostra como cresceu a produção do álcool".

Mas, se por um lado o Proálcool veio sanar o problema da falta de combustível no mercado, por outro trouxe e continua trazendo sérios problemas, para a população rural empobrecida pela falta da Reforma Agrária. Isso por quê a terra em que se plantava o feijão, o milho, o arroz etc., alimentos indispensáveis a sobrevivência do homem, foi totalmente destinada ao plantio da mandioca e com mais intensidade ao da cana-de-açúcar, desse modo contribuindo para maior concentração de terra. Muitos dos pequenos proprietários perderam seu pedaço de terra em favor desse programa, beneficiando os grandes proprietários.

Muitos projetos foram elaborados e executados, na tentativa da produção do álcool. Algumas destilarias foram projetadas irresponsavelmente, por exemplo, temos o caso da destilaria de Camaragipe-Ba, onde o Governo investiu muito dinheiro, no entanto, a área escolhida não era propícia ao plantio por causa de fatores naturais, tornando as instalações inadequadas, obsoletas, por conseguinte, deixando um saldo negativo para os cofres do Estado e alguns pequenos proprietários envolvidos.

Além dos financiamentos mal empregados, outro proble

ma sério, é o do meio ambiente, frequentemente abalado. Constantemente temos notícias do vinhoto derramando-se nas prais e nos rios matando milhares de peixes e animais, comprometendo a fauna e flora. Esse acontecimento faz parte da política dos grandes proprietários, que não estão preocupados com o futuro da população nem com o seu bem-estar. O vinhoto derramado pelas destilarias e usinas nas águas, causando tantos males, poderia ser aproveitado como adubo e fertilizante. "No centro nacional de pesquisa de milho e sorgo da EMBRAPA, na cidade mineira de Sete Lagoas,, após a realização de um processo químico, foi verificado que o vinhoto não só apressou a decomposição de folhas palha e outros detritos, como incrementou em mais de 30% a produção de milho que depois adubou".¹²

Com certeza os objetivos iniciais proposto pelo Pró-alcool não foram alcançados, o que verificamos são os benefícios totalmente voltados para os usineiros e grandes proprietários, "financiamentos de 100% para as atividades de campo, e de 80 a 90%, para os investimentos industriais (destilarias) a longo prazo e juros altamente subsidiados, mas de 60% dos projetos aprovados no centro-sul, sendo 40% em São Paulo",¹³ esses dados mostram-nos que, realmente, a disparidade jamais deixou de existir, pelo contrário, tende a aumentar.

Enfim, podemos concluir que o Proalcool veio acirrar a situação do campo, que já era bastante tensa, devido à alta concentração de terra. Maior produção de mandioca, por necessitar de maior número de empregados, talvez melhorasse a situação do trabalhador, entretanto o plantio da cana-de-açúcar que é tratada tecnologicamente, não precisando de muita mão-de-obra, foi e é a favorita, concentrando quase toda produção, tanto no

Nordeste quanto no Sul do País.

Praticamente se torna impossível a distribuição da terra a partir desse programa; os grandes proprietários passam a ambicionar cada vez mais a posse da terra para a monocultura extensíssima da cana-de-açúcar.

Lógico que a consequência dessa política seria o surgimento de vários conflitos sociais. Jamais os trabalhadores iriam ficar de braços cruzados diante dessa situação. Que além de perderem a terra onde produziam seus alimentos, são violentamente expulsos. Um entre vários conflitos é o de Alagamar, situado entre os municípios de Itabaiana e Salgado de São Felix, aqui na Paraíba. Após a criação do Prôalcool e mais precisamente a morte do Senhor Arnaldo Maraja, dono das terras em Alagamar, seus herdeiros procuraram expulsar todos os posseiros para assegurar o plantio da cana-de-açúcar, e como eles não concordaram, o conflito torna-se uma realidade.

NOTA AO CAPÍTULO I

- 01 - "AGRICULTURA MODERNA VEIO PARA MATAR" - Revista Mundo Jovem, nº 174, 1985, pg. 12.
- 02 - PRADO Jr. Caio - Questão Agrária. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981, pg. 143.
- 03 - Idem, pg. 143.
- 04 - ANDRADE, Manuel Correia de - Geografia Econômica. 8ª ed. São Palo, Atlas, pg. 211.
- 05 - "Propriedade Privada" - Revista Mundo Jovem, nº 177. 1985 , pag. 10.
- 06 - "Projetos Fundiários do Norte e Nordeste" - Desempenho do Setor Agropecuário. Ministério da Agricultura, 1976 , pg. 21.
- 07 - Idem, pg. 21.
- 08 - "O Programa Nacional do Alcool: Seus Reflexos na Concentração da Terra e da Renda". Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA nº 1, 1980, pg. 33.
- 09 - "Chegou a hora de botar a cana em ordem" - Revista Globo Rural nº 9, 1986, pg. 80.
- 10 - Idem, pg. 80.
- 11 - Idem, pag. 52

12 - Idem, pg. 73

13- "O Programa Nacional do Alcool: Seus Reflexos na Concentra
ção da Terra e da Renda" Boletim da Associação Brasilei
ra de Reforma Agrária - ABRA nº 1. 1980, pg. 33.

"Assim o povo explorado
sem arma e sem garantia
unido braço com braço
com coragem e valentia
vai conquistar essa terra
lutando com teimosia.

Pois Deus está com seu povo
que luta com teimosia
Ele é a sua força.

Nele está a garantia
do povo que luta unido
com coragem e valentia."

(Missão da Terra Bom Jesus da Lapa,
1978)

EVOLUÇÃO DA ATUAÇÃO DA IGREJA NO
CAMPO SÓCIO-ECONÔMICO

ATUAÇÃO SOCIAL DA IGREJA: EVOLUÇÃO, CONTRADIÇÕES

A atuação da Igreja no meio rural, se torna evidente desde o final dos anos quarenta, porém é na década de 50 que toma maior impulso.

Analisando sua ação Social nos finais dos anos 40 e início dos anos 50, veremos que foi essencialmente no intuito de deter a saída de alguns habitantes rurais em busca da zona urbana. E por quê essa preocupação? Na verdade, era por ser a área rural a maior detentora de cristãos católicos. Com certeza a migração para as cidades, desses religiosos, resultaria numa dispersão considerável e prejudicial a Igreja. Esse deslocamento campo-cidade, segundo Cipriano Calvarro, "coloca em perigo a liderança da Igreja que, consciente de sua responsabilidade, sentia suas ovelhas recolhidas ao aprisco começando a se desgarrar por esse mundo à fora, perdendo a força de liderança, que vinha mantendo sobre ela".¹

Realmente a sociedade rural está impregnada do catolicismo tradicional e que tem grande respeito pelo clero. Lógico, se existe tamanho respeito, torna-se compreensível que a orientação religiosa seja plenamente aceita por seus seguidores.

Outra preocupação da Igreja relacionada com a saída dos trabalhadores rurais, rumo à cidade grande, era, segundo Cipriano: "O êxodo rural nordestino para a cidade grande era uma preocupação da Igreja Rural que se sentia responsável por todos os acontecimentos que dificultavam a permanência dos fiéis, sob seu comando, no momento em que, pela falta da figura do vi-

gário do interior (aceito até aquele momento como fonte de orientação de vida) surgiram seitas protestantes, especialmente aquelas designadas como pentecostais, capazes de fornecer apoio espiritual e prático num momento tão difícil como o de adaptação em terras novas. Era, pois, preciso encontrar alternativas ao mesmo tempo sociais e místicas, que abrissem brecha de entendimentos e integração no emaranhado quebra-cabeça das metrópoles".²

Percebemos que a Igreja sente a necessidade de uma prática religiosa substancial e urgente, que trouxesse não somente soluções espirituais, mas também materiais para o homem do campo. Soluções concretas, isso por que outras religiões ou seitas estavam se propagando largamente e tentavam demonstrar através de seus pensamentos, que eram capazes de encontrar meios para melhorar a vida das pessoas mais sofridas... As Igrejas e templos, na maioria das vezes eram constituídas na periferia da cidade, justamente onde ficam aqueles que chegam da roça, tornando-se presa fácil, para os pastores aliciarem.

Por outro lado, constatamos que, no final da década de 40, a ação do clero estava longe, distante de uma realidade mas sólida, não existindo aquele propósito de mostrar aos camponeses o motivo real de sua expulsão do campo, a grosso modo a compreendessem, como também sabiam que não havia, nenhuma contra-posição diante dos grandes proprietários. O que a Igre

Contudo, na década de 50, o êxodo rural já passa a ser visto por outro prisma pela Igreja. Suas preocupações se ampliam. Por esse motivo, aqui no Nordeste, foram realizados vários Encontros, Congressos etc, para que neles fossem discutidos, fórmulas, maneiras adequadas de conter a evasão. Como afirma Cipriano: "foram, portanto, as Dioceses do Nordeste, em geral as primeiras a se engajarem na elaboração com o Governo na assistência social ao homem do campo".³ Cremos que nesses Encontros não foi ainda adotado pela Igreja um posicionamento em favor dos camponeses, na realidade, os objetivos do Governo jamais foram de apoiar ou valorizar o trabalho rural. Não podemos negar que nessa época a Igreja tinha sérias preocupações com a vida sacrificada e cheia de injustiças da população rural (o que não deixa de ser um avanço).

A Igreja temia que entre os trabalhadores rurais, houvesse um envolvimento nas idéias esquerdistas, já que a situação era difícil, tornando-se a divulgação desses novos ideais, uma ameaça.

Entre 1954 e 55, nas cidades de Belém (PA) e Aparecida do Norte (SP) foram realizadas duas reuniões da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) nas quais, o tema para as discussões seria a Reforma Agrária. A Igreja queria, a todo custo, descartar uma possível ação comunista junto aos trabalhadores rurais. Vemos então que nesse momento, a Igreja tem pretensões ou prefere ajudar os trabalhadores no que diz respeito às mudanças qualitativas no aspectos sócio-econômico no meio rural, do que assistir a invasão dos ideais comunistas entre os camponeses.

Em 1956, houve Encontros em Campina Grande, Fortaleza, Natal..., todos realizados com pretensões de procurar solução no que diz respeito à maior integração do homem do campo, para que tenha uma vida digna, justa e, sobretudo, para que lhe seja concedida a terra tão alvejada pelo camponês.

No início dos anos 60, aqui no Nordeste, o Partido Comunista procura organizar os trabalhadores rurais, crescem efetivamente, as Ligas Camponesas, que tinham como representante primeiro, o advogado pernambucano Francisco Julião; Julião estava empenhado em promover o bem-estar do trabalhador marginalizado do campo. A Igreja, sobretudo a conservadora, era totalmente contrária às decisões tomadas pelas Ligas Camponesas quanto pelo Partido Comunista, por isso mesmo é que procurava atuar no campo social a fim de impedir qualquer envolvimento dos camponeses com elementos desses segmentos.

Acreditamos que a Igreja tomou nova definição em prol dos mais necessitados, a partir do Concílio Vaticano II ((1965) das Conferências Latino-Americanas de medellim (1968) e de Puebla (1979). Após esses eventos, presenciamos a Igreja mais voltada aos problemas sociais e "optando pelos oprimidos, pelos pobres". E a ala progressista da Igreja muitas vezes tem sofrido repressões por parte da classe dominante, sendo taxado de subversivos, comunistas, e alguns chegam ao extremo de serem mortos. Essa repressão se avoluma por ser a Igreja a intermediária do povo sofrido, utilizando discursos e sermões para mostrar aos seus fiéis a real situação social em que se encontra o País. Com a queda de Goulart em 1964 e, a conseqüente implantação da Ditadura Militar, todos os meios de comunicações foram tremendamente vigiados, não mais podendo se expressar livremente, a censura era

severa. Diante desse quadro a Igreja toma novo posicionamento em nome de Deus, denunciando os abusos praticados pelo poder, contra, principalmente, a classe trabalhadora. E, como a Igreja foi e é uma instituição que exerce grande força sobre as pessoas, passa então a ser, dentro de suas limitações, o canal de expressão do descontentamento de grande parcela da população.

Em 1975 é criada a CPT - Comissão Pastoral da Terra, que muito contribui para nova prática política da conscientização entre os trabalhadores rurais. Surge, dessa forma, nova Igreja mais preocupada em mostrar aos camponeses seus reais direitos e, junto a eles lutar, não mais procurando sanar os problemas apresentando conciliação entre patrão x empregado, porém no sentido de dissolver a causa desses problemas. Passa a existir Igreja segura de que a mudança da estrutura fundiária é necessária e urgente para que atenda justamente aos anseios dos pequenos e médios agricultores.

Portanto, a Igreja passa a ter posição definida em relação ao problema da terra.

POSIÇÃO DA IGREJA COM RELAÇÃO AO PROBLEMA DA TERRA

Entre as questões sociais, o problema da terra é um dos que tem mais preocupado a Igreja.

A Igreja começa a se preocupar mais eficazmente com relação aos problemas da terra, a partir do momento em que se verifica, principalmente no Nordeste, grande êxodo rural. Essa preocupação provinha sobretudo, por ser a população rural dotada de maior religiosidade, constituindo-se portanto, na maior parte dos seguidores do catolicismo no Brasil.

Passa a Igreja a procurar meios para solucionar a questão da terra, diminuindo o sofrimento do camponês e conseqüentemente impedindo-lhe saída do campo. Podemos concluir que a Igreja no seu primeiro momento de mobilização diante dos problemas da terra, objetivava na realidade deter o esvaziamento na zona rural, área onde se encontrava o maior número de católicos.

Devemos reconhecer que a Igreja paulatinamente se posiciona contra as grandes extensões de terras em mãos somente dos ricos que era minoria. Em sua missão evangelizadora, tenta mostrar que a terra como parte integrante da natureza, pertence a todos e não só a alguns privilegiados, além de que essa concentração causa a fome e a miséria da maioria. Essa é uma das razões para que a Igreja pronuncie a favor da Reforma Agrária muito embora seja favorável e defensora da propriedade privada.

Segundo o jornalista Tarcísio de Nadal "a Igreja deve falar em Reforma Agrária, pois defende os Dez Mandamentos, entre

os quais se encontra (não matarás e não roubaras). E há muita gente roubando, morrendo, matando por causa de terras subtraídas ao bem comum. O que foi dado pelo Criador para o bem de todos não pode ser instrumento de dominação nas mãos de alguns".⁴

Com relação à propriedade, como mencionei anteriormente, a posição da Igreja é de que, tanto está a seu favor como defende. Isso porque acredita que a propriedade privada desde que tenha uma função social",⁵ é necessária à promoção da pessoa humana e ao bem-estar social". Verificando as ações violentas e desumanas dos latifundiários, combate o sofrimento da população, principalmente rural, que trabalha sem as mínimas condições materiais exigidas e ao mesmo tempo a sua força de trabalho não é bem remunerada. A Igreja admite, dentro dos seus princípios cristãos, que a terra deve ser distribuída entre todos, e que esse direito seja adquirido através do diálogo entre os interessados e, não, através de violências como costumamos ver. Acata a atuação das organizações populares e dos Sindicatos dos trabalhadores rurais que lutam por mais reivindicações.

Pela existência de crescentes injustiças sobre o agricultor é que a Igreja nos últimos anos, tem refletido mais sobre a problemática e, progressivamente, vem procurando ajudar a combater as causas que provocam tamanha miséria entre os trabalhadores rurais. Nos anos de 1960

nas regiões um grande contingente de empresários nacionais e, principalmente internacionais, se instalam e constroem grande empresas multinacionais, as quais são oferecidos pelo Governo Brasileiro com isenções de impostos e outras vantagens para "colonizar o espaço virgem desse universo mágico e selvagem"⁶, deixando como saldo a expulsão da maioria dos moradores e o povo nativo, deixando-os dessa maneira, numa situação de pobreza generalizada, expulsos da terra, encontram saída imediata, Única e dolorosa, no trabalho mal remunerado por essas empresas, enfim uma total exploração e injustiça. Um caso muito grave, entre outros, na região amazônica era a da campanha feita através de missões estrangeiras, principalmente as das Igrejas protestantes dos Estados Unidos, no sentido de esterilizar as mulheres da região utilizando o método DIU (Dispositivo Intra-Uterino). E esse controle da natalidade era feita para que a ocupação do espaço amazônico fosse evitado pelos que lá possivelmente nascessem.

A CPT, concretiza trabalho solidário e voltado para a defesa causas dos camponeses. Realiza um serviço não assistencialista como na prática de Igreja até sua fundação, luta também para promover, em alguns aspectos, mudanças benéficas na própria Igreja (instituição bastante ligada as suas velhas tradições). Para termos uma idéia geral do que representou e representa a CPT em prol dos direitos dos trabalhadores rurais, diz um dos maiores integrantes e incentivadores Ivo Poletto, "A Pastoral da Terra", ao contrário, nasceu enraizada em algumas Igrejas Particulares que estavam dando passos para se transformar em a si mesma, assumindo seu compromisso e participação na luta dos oprimidos em busca da libertação integral como a única forma de ser Igreja de Jesus Cristo. Não se tratava, então, de criar novo movimento de cristãos, mas de ter uma ferramenta

ajudasse a comprometer, de forma mais acertada, a ação da Igreja Católica com a causa dos oprimidos. Esse organismo deveria, por isso, interligar, assessorar e dinamizar os que atuavam pastoralmente junto aos camponeses. Na caminhada, o desejável era a questão das Igrejas Particulares (e de todas as Igrejas Cristãs para que todos fossem sinal e testemunha do amor de Deus pela causa dos camponeses). E será como Igreja, evangelizando, que o Pastoral da Terra prestará serviços aos camponeses. Não como 'suplência', mas como serviço".⁷ Quer dizer então que a CPT passou a existir para ser mais uma força entre os que lutavam pela terra. A proposta da CPT era juntar-se aos camponeses, aos posseiros, aos índios, formando mais elementos, para que unidos se organizassem e lutassem em favor dos direitos dos trabalhadores rurais, dos posseiros, dos índios. É tanto que um dos lemas da CPT era "Fazemos nossa a causa dos trabalhadores"⁸ os membros da CPT, não suportavam mais presenciar a miséria e injustiças sobre a maioria da população rural num País em que existe terra agricultável em abundância.

Por conseguinte, a Igreja passa a atuar junto aos trabalhadores rurais, auxiliando nas suas organizações como os Sindicatos, nas questões referentes ao problema da terra.

O RELACIONAMENTO ENTRE IGREJA E SINDICALISMO

"Antes de 1930 o movimento dos trabalhadores, de um lado era tratado como caso de polícia, de outro organizava-se de forma livre e autônoma, sem a ingerência do Estado ou de outras organizações alheias ao movimento operário. Contudo, as tradições de construção de entidades independentes por parte dos trabalhadores é interrompida durante a ditadura Vargas, quando é criada (por inspiração da legislação facista da Itália de Mussolini) a atual estrutura sindical que existe no País".⁹

Após 1930, a vida política tende a mudar, passando a existir maior influência tanto dos partidos políticos quanto das organizações dos trabalhadores rurais. Entre os anos de 1945-47, o País atravessa um período de redemocratização, dando oportunidade ao partido comunista de desenvolver suas atividades de mobilização mais frequentemente no meio rural, porém ainda não havia uma organização dinâmica; a preocupação maior acentuava-se notadamente numa visão eleitoreira. Mas é também nesse período que se formam as Ligas Camponesas, que já no final de 1947 e início de 1948, tinha sua atuação fortemente proibida, sendo extintas por força da Lei. Nesse momento, as lutas dos trabalhadores rurais, são extremamente reprimidas, contudo seus representantes continuaram se mobilizando em prol das lutas dos Camponeses, mesmo com tentativas de neutralização do movimento por parte do Governo. Caminham clandestinamente, apesar da grande perseguição dos que são contra as transformações da política agrária no Brasil. A partir dessa proibição, o panorama político-social no País, torna-se agitado, havendo várias manifestações populares, principalmente partindo dos trabalhadores rurais, repudiando as decisões arbitrárias

impostas pelo Governo.

Em 1954, realiza-se no nordeste, o primeiro Congresso Campesino, onde os trabalhadores rurais procuram discutir seus problemas; tentando também se organizarem e lutar em favor de seus interesses. Nesse período surgem sindicatos, atuando conforme as normas governamentais; são sindicatos controlados pelo Estado, de caráter eminentemente assistencialista e pouco reivindicatório, os quais não interessavam aos trabalhadores rurais, mais existiam alguns sindicatos ilegais que atuavam conforme as necessidades dos trabalhadores.

Nos anos 60 há maior organização dos Camponeses que se reúnem em Ligas Camponesas, nos sindicatos, na ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura Brasileira), na MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra). Em 1963 é fundada a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) no ano seguinte, esta sofre intervenção do Estado, voltando às suas atividades em 1968. O aumento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais teve maior impulso, a partir de 1970. Aqui no Brasil, atualmente, existem "2.600 Sindicatos Rurais e 22 federações"¹⁰. As Ligas Camponesas, deram às organizações e aos movimentos dos Trabalhadores força política e é nesse momento que a Igreja abre os olhos para o problema da terra e resolve entrar em ação.

A Igreja começa a se envolver com Sindicatos quando os partidos esquerdistas começam a atuar entre os agricultores, com o objetivo de conscientizá-los. A Igreja, sobretudo, temia que a ideologia adotada principalmente pelo Partido Comunista (a ideologia materialista) influenciasse nas ações dos camponeses,

tentando solucionar o problema, por isso fundando o Sindicalismo Rural Católico, ambição há muito tempo desejada pelo Partido Comunista, porém sem sucesso, devido à repressão por parte do Governo. Mas, dentro do próprio sindicato criado pela Igreja-entre os elementos que o compõe-surgem divergências, isso por que uns almejavam um sindicato mais aberto, progressista, outros um sindicato que tivesse convênio com o Estado, causando mais tarde, ruptura, que provocaria o aparecimento ou surgimento, em 1961, da Ação Popular, que na realidade-seria comandada por uma parcela dos membros dos Sindicatos que propunham um tipo de socialismo cristão. A Ação Popular alia-se ao Partido Comunista e se contrapõem à atuação da Igreja tradicional.

A Igreja além de auxiliar na criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, funda o SAR (Serviço de Assistência Rural) a JEC (Juventude Estudantil Católica) a JUC (Juventude Universitária Católica). MEB (Movimento de Educação de Base) a JAC (Juventude Agrária Católica) e ACR (Ação Católica Rural) atualmente Animação Cristã no Meio Rural etc; todas essas organizações visavam neutralizar a prática política utilizada pelos partidos esquerdistas. Salienta-se que foi nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte que a estrutura sindical católica no meio rural cresceu e se fortaleceu com mais intensidade no nordeste.

A Campanha de Educação Popular (CEPLAR) aqui na Paraíba, procura, dentro de seu posicionamento de Igreja tradicional, barrar a atuação dos partidos esquerdistas entre os trabalhadores rurais. Porém com a implantação da Ação Popular no Estado a Paraíba, "passa por grandes redifinições em sua linha de trabalho, terminando por formar uma frente com outras forças de

esquerda presente no meio rural paraibano, particularmente com o Partido Comunista".¹¹

Com a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em 1975, a Igreja passa a atuar junto aos sindicatos de outra forma, acreditando que esta seja o maior instrumento de luta do trabalhador, mas também não deixando de reconhecer outras formas de organização. Tal posição, fica bem clara quando se realiza em 1977, a primeira Assembléia da CPT, deixando evidente que o Sindicato seria a principal organização de luta dos trabalhadores, nesta Assembléia foram aprovadas as seguintes propostas: "Incentivar e apoiar todas as formas de união e organização dos lavradores. Nesse sentido devendo a CPT trabalhar por - sindicalismo que represente genuinamente os interesses da Categoria; - incentivar e apoiar as formas comunitárias de trabalho e posse da terra (mutirão, roças comunitárias, associações de lavradores): - incentivar o Sindicato como um lugar apropriado para atuação organizada do trabalhador cristão; - estimular o apoio aos verdadeiros representantes dos lavradores nos sindicatos".¹² Alguns elementos da CPT têm receio de que seus componentes não estejam supervalorizando o instrumento sindical, porque certamente acreditam que não somente acontecem lutas organizadas, mas igualmente em grupos isolados.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, estão hoje intimamente ligados a algumas correntes políticas, entre elas o PT e PCB, que controlam as duas centrais do País, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora) hoje CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Existem, também outras tendências de cunho partidário que apresentam seus programas e estratégias para o problema da terra. Com essa

divisão a Igreja inicialmente tenta continuar seu trabalho junto aos camponeses, independente de uma definição em favor de determinada corrente política presente no Sindicalismo Rural . No entanto, na III Assembléia Nacional da CPT (28-9-81) são discutidos alguns questionamentos a respeito do relacionamento entre Igreja e Sindicalismo. Nessa Assembléia decide-se que a Igreja deve "aprofundar o trabalho de informação e análise junto às bases no sentido de clarear as vantagens e limites do Sindicalismo, reconhecer e entender as várias tendências nele atuantes e a realidade da Sociedade; ampliar as forças de um Sindicalismo efetivamente ligado aos interesses da classe, estimular a criação de delegacias sindicais, equipes de educação, visando fortalecer o Sindicalismo de base",¹³ contudo nem sempre sua prática se pauta nessas decisões, às vezes podemos averiguar identificações com algumas correntes sindicais, principalmente com a Anamos e a CUT.

Como veremos no próximo capítulo, a relação entre Igreja e Sindicato, vai assumir diferentes aspectos, conforme a realidade concreta em que atuem lado a lado. Será nossa preocupação identificar como se deu esse relacionamento no caso específico do conflito de Alagamar.

NOTA AO CAPÍTULO II

- 01 - MARTIN, Cipriano Calvarro - "Da Ação da Igreja Nordestina no Campo Sócio-Econômico da Região na Década de 1950". Tese de Mestrado em História. Recife, 1984, pg. 65.
- 02 - Idem, pg. 66/67
- 03 - Idem, pg. 81
- 04 - "A Igreja deve falar em Reforma Agrária"? Revista Mundo Jovem, nº 179. 1986, pg. 3.
- 05 - CNBB - Reforma Agrária- " Revista O Recado". nº 68. 1985, pag. 4.
- 06 - GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina -16ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 pg. 151.
- 07 - POLLETO, Ivo - A CPT, a Igreja e os Camponeses In: Pedro Casaldáliga (apresentador) construir a terra, reconstruir a vida - Petrópolis, Vozes, 1985,pg. 40.
- 08 - Idem, pg. 48
- 09 - A necessidade de uma Central Sindical no Brasil. Boletim da ANDES, nº 27. 1986, pg. 12.
- 10 - "Sindicalismo" - Revista Mundo Jovem, nº 177, 1985, pg.14.
- 11 - "Breve História do Movimento Camponês no Nordeste". Revista Raízes, nº 2 - 3, 1983. pag. 173.
- 12 - PERANI, Cláudio - CPT: Novidades e questionamentos. In: Pedro Casaldáliga (apresentador) Construir a Terra, Reconstruir a vida - Petrópolis. Vozes 1985 pg. 80

A IGREJA E ALAGAMAR

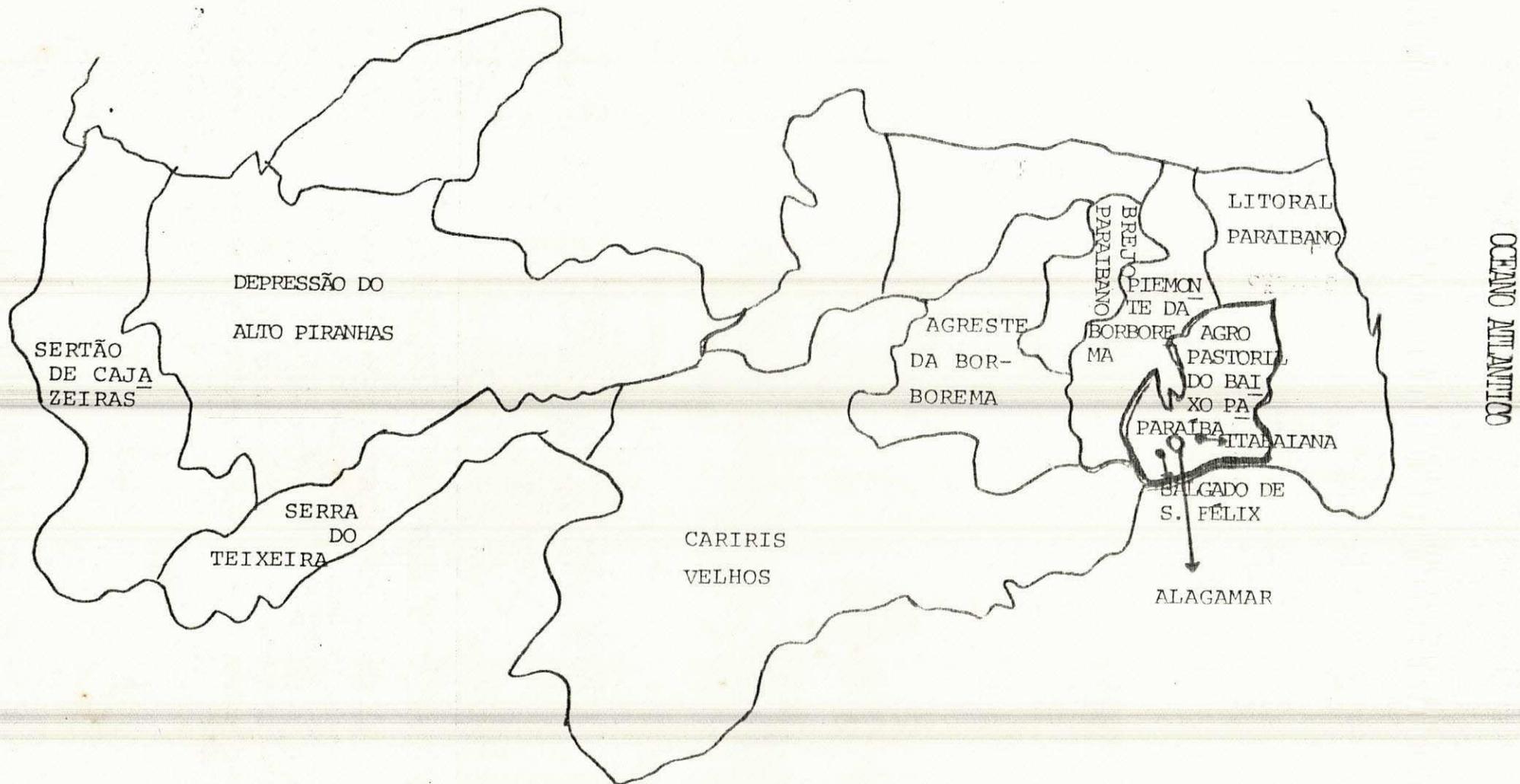
CAUSAS DO CONFLITO EM ALAGAMAR

Entre 1975/76, inicia-se na micro-região Agro-pastoril do Baixo Paraíba entre os municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix (ver mapa 1), um conflito pela posse da terra, numa propriedade que reunia 28 localidades conhecida como Alagamar.

Alagamar compreende uma área aproximadamente de 14 mil hectares de terra (ver mapa 2), que pertencia ao proprietário Arnaldo Maroja, este enquanto era vivo, concedeu terra as pessoas que moravam nas suas propriedades, (mesmo porque nunca preocupou-se com o desenvolvimento das suas terras), como também o direito de produzir seus alimentos, embora não tivessem legalmente nenhuma garantia, até a morte do proprietário, a permanência na terra era garantida por essa relação tradicional: em troca do uso da terra, as pessoas anualmente teriam que lhe pagar corretamente o fôro (encargo habitual). Havia um número aproximado de 700 famílias fixadas nessa área, "cerca de 2.723 pessoas, muitas delas tinham chegado há mais de 30 anos, sendo que as mais recentes tinham no mínimo 10 anos de permanência na área."¹ Desenvolviam uma produção bastante expressiva de cereais, legumes, frutas e a criação de animais.

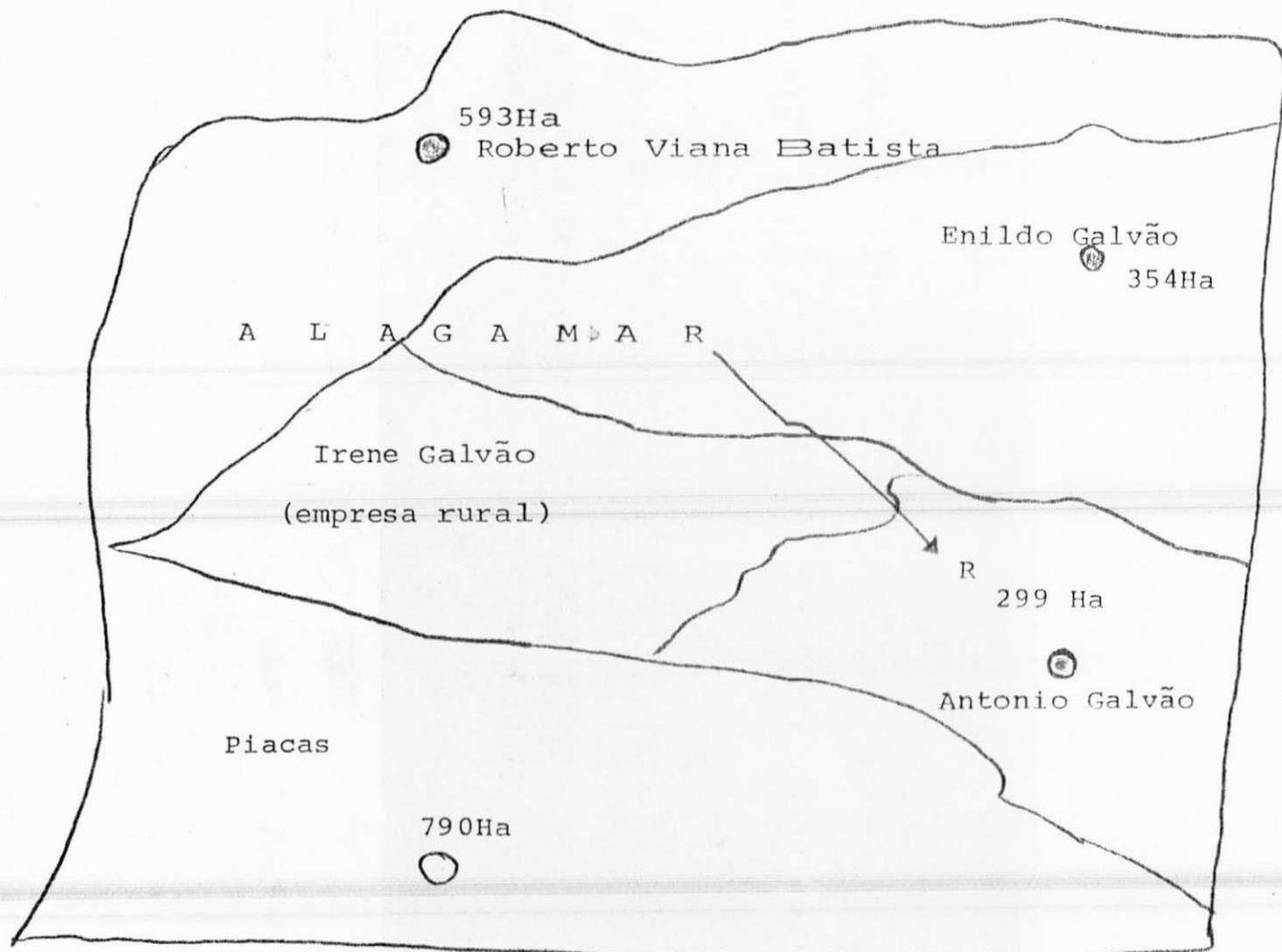
Existia uma antiga forma de relação, o arrendamento da terra, muitas vezes o pagamento não era feito através do dinheiro, mas em prestação de serviços, uma relação tipo cambão, outras vezes davam parte dos frutos do seu trabalho. Não era uma parceria perfeita (onde o proprietário da terra e o parceiro

RIO G. DO NORTE



PERNAMBUCO

MAPA 1



O NORTE, 03/01/80

As áreas que estão assinaladas com os círculos pretos compreendem três glebas de Alagamar e uma de Piacas. Onde se lê Empresa Rural, trata-se de uma gleba de 138 ha que, de acordo com a lei não pode ser desapropriada.

MAPA 2

te, de produzir naquela área suas lavouras ao seu modo. Havia muitas benfeitorias, tanto temporárias, quanto permanentes, todas feitas coletivamente, havia também entre os moradores relações de cooperação mútua e participação coletiva na produção e nos lucros. Era realmente uma comunidade que conseguia viver e produzir dentro de suas limitações.

No final de 1975, o Senhor Arnaldo Maroja falece, após sua morte, os problemas logo começam a surgir. O proprietário A. Maroja - era solteiro e não tinha herdeiros diretos, mas após a morte os herdeiros indiretos. Em princípio chega um inventariante, Arlindo Paulino, que no início responde pela área, em seguida surgem outros herdeiros. Carlos Ribeiro Coutinho, ligado ao grupo da Varzea, grande grupo açucareiro e um dos sustentáculos políticos do governo do Estado da Paraíba, Zezinho do Açúcar, etc, um número aproximado de 9 pessoas, que se julgavam herdeiros e se habilitavam ao processo de inventário da grande Alagamar, o que significaria que essas nove pessoas tomariam posse da terra em detrimento e expulsão de 700 famílias.

Esses herdeiros queriam implantar um novo tipo de agricultura na área, a agricultura moderna, que necessariamente traria grandes transformações. Essas mudanças invariavelmente beneficiariam uma minoria privilegiada, no caso específico, o grupo da Varzea. As terras produtivas se destinariam quase totalmente ao cultivo da monocultura, resultando numa maior concentração de terras. A agricultura que produzia alimentos básicos para a sobrevivência do camponês de Alagamar, seria substituída principalmente pela cana-de-açúcar. O Proalcool (Plano Nacional do Alcool) proporcionou mudanças bruscas nessa região. Após a implantação desse programa é grande a utilização da meca

nização, para que haja um maior incremento na produtividade da lavoura canavieira. E a mecanização, retira o trabalhador rural do seu meio, certamente sua permanência seria inadequada porque a produção da cana-de-açúcar, requer o trabalho humano somente num determinado período de tempo. O programa não assegurou seus objetivos iniciais (reduzir as disparidades regionais, melhorar a utilização das terras ociosas, expandir a produção dos bens de capital, etc.)² somente provocou, principalmente no Nordeste e particularmente Alagamar, sérios problemas aos pequenos arrendatários e posseiros, porque esses foram ameaçados de serem expulsos da terra para que a cana-de-açúcar ocupasse toda área, além do mais, uma vez que a produção de alimentos foi substituída por outras culturas tipo exportação, houve um grande aumento do custo de vida do trabalhador.

Os herdeiros da área se deparam com um tipo de relação de uso de terra que não lhes interessava. Surge em decorrência disso, um grande impasse porque esses herdeiros desejavam a terra para outro tipo de produção (cana-de-açúcar e gado) que se fazia com relações de trabalho e uso da terra de outro modo, agricultura mecanizada e relações assalariadas. Alguns herdeiros desejavam plantar cana-de-açúcar, insentivado, sobretudo pelo Proalcool, outros pretendiam uma parte da terra, para a criação do gado, de forma extensiva, isso porque a alta dos preços da carne é provocada pelo aumento da demanda no mercado, insentivando esse tipo de produção. Enfim todos queriam a terra limpa porque somente lhes interessavam um outro tipo de relação de produção, como também se recusavam a receber fôro dos agricultores, somente a saída dos camponeses lhes satisfaziam. A implantação dessa nova forma de produção significava a expulsão dos agricultores de Alagamar. No início de

1976 Os herdeiros do Senhor Arnaldo Maroja começam a se apos-
 sar das terras, cercando algumas partes da propriedade, colo-
 cando gado onde havia lavouras, destruindo tudo aquilo que ti-
 nha sido feito pelos camponeses. Em face a essa situação, os
 agricultores se manifestam contrários a essas imposições adota-
 das por esses herdeiros e nesse momento começam a se mobiliza-
 rem no sentido de defender o que lhes cabe por direito, além
 de lutarem contra os proprietários entram também em confron-
 to com o Estado, pois esse era dominado pelos proprietários ,
 principalmente o grupo da Varzea, que elaboraram estratégia
 política visando manter a coesão em torno dos seus próprios in-
 teresses. Esse grupo se constituia num agente da moderniza-
 ção capitalista na sua face conservadora, o que leva a uma
 crescente concentração de terra.

É como afirma Dulce Maria Barbosa Cantalice " O Esta-
 do se torna agente primário do conflito"³ isso porque "viabili-
 za o capital".⁴ Se analisarmos essa afirmação, tudo nos leva
 a crer que é procedente, o fato é que toda proteção dada no
 momento do conflito partindo do Estado, representa a defesa
 dos bens-imóveis dos grandes proprietários. Verificamos um es-
 forço nos laços de união entre a classe dominante principalm^{en}
 te agrária, e aqueles políticos que estão no poder, eleitos por
 eles, para defender os seus interesses.

Os jornais da época do conflito, enfocam constantemen-
 te nas suas primeiras páginas, a violência empregada contra os
 trabalhadores rurais da zona onde se passa o problema. O con-
 tingente de policiais na área de tensão era imenso, o secretã-
 rio da Segurança Pública, Luís Bronzeado, ordenou que todas as
 pessoas que entrassem em Alagamar fosse identificadas, dessa

forma evitando a entrada de pessoas estranhas, somando-se assim mais uma maneira de repressão por parte do governo, deixando evidente que estava a todo custo defendendo a propriedade privada. Nesse caso, o clima se torna mais intranquilo, as atitudes do governo em favorecer esse excessivo policiamento na área, gerou insatisfações da parte dos oprimidos pois sabiam eles, que essa polícia somente estava submetida as ordens dos patrões, jamais agiram imparcialmente.

ATUAÇÃO DA IGREJA NO CONFLITO DE ALAGAMAR

No capítulo anterior procuramos fazer uma análise da posição da Igreja com relação aos problemas sociais da zona rural e verificamos que sua preocupação basicamente centrava - se na saída do trabalhador rural do seu meio à procura da cidade. Constatamos que a população rural era a mais dotada de religiosidade e compreendia o maior número de cristão católicos do Brasil. Daí a preocupação da Igreja perder algumas ovelhas do seu rebanho, conseqüentemente perder a liderança que vinha sustentando sobre elas até então.

Percebemos também que outra grande preocupação da Igreja, estava relacionada a seus fiéis. Tratava-se do surgimento de seitas protestantes, que estavam empenhadas em aumentar os seus seguidores, oferecendo todo apoio prático e espiritual àquelas pessoas que migravam injustamente em busca de sobrevivência. A partir daí, a Igreja sente a necessidade de uma prática reforçada, tanto no sentido espiritual quanto material. As alternativas teriam que ser traçadas com brevidade para evitar a expansão do protestantismo junto a população rural e da periferia das cidades.

Na década de quarenta, toda ação praticada pela Igreja ainda pautava-se em fundamentos evangélicos, procurando conciliar conflitos entre trabalhadores e patrões. Já na década de cinquenta a Igreja passa a ver o problema socio-rural, mais sensivelmente. São realizados vários Encontros no Nordeste onde foram discutidas algumas soluções para as injustiças de que eram vítimas os camponeses, porém ainda não havia uma valoriza

ção concreta à respeito do camponês. No início da década de sessenta, presenciamos uma Igreja, principalmente a conservadora, totalmente preocupada com a infiltração dos partidos de esquerda, sobretudo o Partido Comunista na zona rural. Havia um temor de que os agricultores se envolvessem com os novos ideais comunistas.

Somente após o Concílio Vaticano II, das Conferências Latino-Americana em Medellín e de Puebla é que a Igreja se define com relação aos problemas sociais, "optando pelos mais pobres e oprimidos". Muito daqueles que compõem a ala mais progressista da Igreja, frequentemente tem sofrido repressão por parte da classe dominante, ocorrendo muitas vezes, até mortes. Um exemplo bem recente é o caso do assassinato do Padre Jósimo, em maio de 1986, a mando dos grandes latifundiários. Ele atuava na Paróquia de Imperatriz-Ma, seu trabalho baseava-se na luta pela causa dos lavradores empobrecidos, contra a alta concentração de terras naquela região. Empenhava-se na defesa dos oprimidos que viviam totalmente submetidos aos grandes proprietários.

Verificamos que, com a criação da CPT - Comissão Pastoral da Terra, a teoria discutida nos Encontros Episcopais, mencionados anteriormente, começam ser postos em prática por uma parte expressiva do clero brasileiro. Essa pastoral, fora fruto das Igrejas da Amazônia, onde seus nativos eram explorados e expulsos para dar lugar às instalações das multinacionais, que passavam a controlar todos os recursos naturais da maior e mais rica região do Brasil.

Vimos também que após 1964, com a implantação da di

tadura militar, todos os veículos de comunicação foram extremamente limitados, a liberdade de expressão não existia, a censura era arbitrária. A Igreja nesse momento, diante de tal situação, toma uma nova posição dentro de suas limitações; torna-se a intermediária das insatisfações de grande parcela da população.

Colocamos que entre as questões sociais no Brasil, o problema da terra é o que mais tem preocupado a Igreja, isso porque, configura-se no País, uma grande concentração de terras em pouquíssimas mãos e pouquíssimas terras em muitas mãos. A Igreja pouco a pouco se posiciona contra as grandes extensões de terra pertencente a uma pequena minoria.

Mencionamos a posição da Igreja em relação a propriedade privada. Ela deixa claro, desde que a propriedade particular tenha uma função social, se torna necessária. Admite dentro de seus princípios cristãos que a terra deve ser distribuída e que as negociações devem ser feitas através de diálogo entre as partes interessadas.

A atuação da Igreja no conflito de Alagamar, parte sobretudo, na defesa da permanência dos lavradores na terra, já que a área em conflito, comportava 28 localidades e contendo 700 famílias, estava para ser tomada por nove (9) pessoas que se consideravam donos por direito, tal atitude implicaria numa grande concentração de terras e conseqüente desapropriações.

Como disse D. José Maria Pires quando se referia as razões que levaram a Igreja a atuar nesse conflito: foi por "motivo de fidelidade ao Evangelho por amor ao povo a Igreja

se posicionava ao lado do agricultor. Fizemos uma opção pelos oprimidos, embora reconheçamos que estamos ainda longe de levar as consequências mais pesadas nesse compromisso. Mas estamos caminhando nessa direção". (5)

Os membros da Igreja não estavam contra os ricos, porém não aprovavam a ganância de muito deles. Sabiam que essas pessoas, que abicionavam as terras de Alagamar realmente não precisavam delas para viver e sim para expandir suas riquezas, fortalecendo o capitalismo, porém os agricultores que ali estavam fixados necessitavam daquelas terras para a sua própria sobrevivência. Então os agentes de pastoral começaram a atuar naquela área tentando solucionar esse problema social.

D. José Maria Pires reafirma a posição da Igreja em relação ao conflito de Alagamar, divulgando no dia 07.01.80 os seguintes itens: "não admiti a violência, não aceito a passividade, o medo, a comodidade, o isolamento dos pobres e oprimidos; aconselhando a desobediência civil, com os riscos que ela comporta, quando se trata de ordens injustas e forem esgotados os recursos disponíveis para uma solução rápida e eficaz". (6)

A Igreja procura mostrar, sobretudo as autoridades, que não havia criado tensão em Alagamar, pois seus agentes pastorais já assistiam a área muito antes do conflito. A Igreja no momento do trabalho pastoral e através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese (CDDH), na época, estava atuando junto ao povo da zona rural. Atuava numa missão profética, ou seja, numa forma como ela via seu trabalho junto ao povo, conforme entendia a sua teologia e como interpreta-

va como deveria aplicar a palavra de Deus junto ao seu povo. E decorrente dessa preocupação, há um trabalho de comunidade, através do padre, da freira, ou do agente pastoral. Dessa maneira, a Igreja passa conviver com os problemas dessa comunidade, ou seja, através do seu trabalho pastoral vivencia a problemática do agricultor, as ameaças de expulsões feitas a eles.

A Igreja nesse momento não estava mais preocupada em transferir os problemas para o outro mundo, mas tratava-se de resolver os problemas que estava se vivendo naquele momento. A missão da Igreja deveria se pautar sobretudo com preocupações referentes as dificuldades do povo. Quando a Igreja começa concretamente a se preocupar com os agricultores de Alagamar, então começa também a incomodar aos grandes proprietários e autoridades governamentais, que antes não eram incomodados pela Igreja, já que esta também não se envolvia com os problemas do povo. Logo que a Igreja volta seu trabalho para o povo, reconhece nele os que realmente sofrem na terra, e os que devem ser libertados, uma libertação não somente espiritual como também material, ou seja, direito de comer, da terra para plantar, de emprego, etc.

Na verdade uma parte da sociedade se contrapõe a Igreja, porque não poderia mais contar com aquela Igreja dócil, não era aquela Igreja que podia manipular. O padre que ia celebrar missa aos agricultores que logo depois ia comer na casa grande, agora passa a vivenciar a lutar e refletir os problemas junto aos agricultores. Passa a partir daí a ser uma Igreja que ajuda a despertar, fazer um trabalho de conscientização.

O CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos) da

Arquidiocese da Paraíba, esteve presente nesse conflito. Esse centro foi o primeiro criado no Brasil, ou seja até aquele momento não havia em parte alguma do País, um organismo dessa natureza ligado à Igreja. Foi criado oficialmente em 1975/76, muito embora já atuasse anteriormente extra-oficial. Surgiu, segundo as diretrizes, discutidas pelo Conselho Pastoral e sob a idéia gerada por D. José Maria Pires - arcebispo da Paraíba. Seu objetivo inicial, seria o de criar um serviço pastoral de auxílio jurídico. Por exemplo, um problema de ordem jurídica que aparecesse, a resposta seria dada por um advogado, embora o agente pastoral acompanhasse esse problema seguindo o ponto de vista das linhas gerais da Igreja. O centro foi criado inicialmente com três elementos: O padre Fernandes Aba, que daria respostas aos problemas surgidos, mais a nível de Igreja; Tereza Campêlo, psicóloga, que dava orientação nessa área e o advogado e coordenador na época, Wanderley Caixe, que resolveria os problemas de ordem jurídica. Esse organismo atuava conforme solicitação da Pastoral. No momento em que um agente pastoral estivesse acompanhado uma determinada comunidade (seu trabalho era evangélico) e constatasse algum problema que merecesse além desse acompanhamento de pastoral, uma assistência em qualquer das outras áreas, então solicitava ao centro, e o centro buscava dar uma resposta no plano jurídico e psicológico.

Alagamar foi uma das áreas que teve o acompanhamento dos agentes pastorais do CDDH. Quando nessa área realizava-se um trabalho pastoral, os agentes constataram que os camponeses estavam ameaçados de serem expulsos e não encontravam nesse momento, apoio das autoridades governamentais, principalmen

te àquelas ligados a questão da terra. Os agentes pastorais que atuavam na área em conflito procuraram, a partir daí, dar apoio jurídico e acompanhar o desenrolar do problema.

No período em que se dava o conflito, o clima se tornava cada dia mais tenso. Essa situação se complicou devido à ação do governo em colocar na área um grande contingente de policiais, agindo impacialmente, somente defendendo os interesses dos patrões. Na hora de uma ação concreta, se verificava muito bem de que lado ela estava, ou seja, quando se omitia e quando agia, demonstrava claramente que estava ali defendendo os interesses dos latifundiários. Houve também uma tática no sentido de amolecer aquela força organizada dos agricultores, que normalmente iam fazendo suas reuniões. No início, os grupos eram formados de 5 a 6 elementos, depois foi crescendo sensivelmente. Essas reuniões eram de reflexões e ao mesmo tempo para discutirem as dificuldades de cada momento.

No decorrer da tensão começam a surgir na área, roçados coletivos. A solidariedade entre os agricultores foi ficando cada vez mais forte. O fato de trabalhar e produzirem juntos, levaram a reivindicar juntos, era uma situação muito concreta, tornando-se mais difícil para os proprietários dividi-los.

Num dado momento o 15RI (15º Recimento de Infantaria) convoca uma reunião geral no Sindicato de Itabaiana, dizendo que o governo queria dialogar com os agricultores. E os agricultores decidem estar presentes. Então o comandante do 15RI (procura mostrar nessa reunião a ação subversiva da Igre

ja e dizer que seu advogado, Wanderley Caixe, era comunista, dessa forma tentando afastar os camponeses, dispersá-los. Porém, os agricultores àquelas alturas já estavam fixados coletivamente na produção. Quando por exemplo apanhavam os cocos para vender (havia um grande coqueiral) estes eram repartidos para que todos vendessem, com o dinheiro apurado, era feita uma espécie de poupança coletiva, para as suas possíveis viagens a João Pessoa, onde iam reclamar ou reivindicar seus direitos as autoridades. É bom salientar que havia também na área além da produção coletiva da extração do coco, uma produção individual nos roçados, onde produziam cereais, legumes, frutas, etc.

Sempre que as autoridades tomavam medidas que prejudicavam os interesses dos agricultores, por outro lado, os camponeses buscavam imediatamente uma forma de organização e conseguir dar uma resposta concreta, uma forma de resistência. Nunca tomavam decisões sozinhos e não era necessariamente preciso nas suas reflexões a presença da ação pastoral, embora o CDDH ajudasse muitas vezes nessas suas reflexões. A Igreja propiciava meios para os lavradores se reunirem. Quando não havia local onde se reunirem, a Igreja cedia o Centro de Treinamento - Miramar, os seus Colégios, etc. Também ajudava em termos de alimentação; muitas vezes os agricultores ficavam o dia todo refletindo e discutindo os seus problemas. Diante de todo esse quadro, a união e organização dos camponeses foi se aperfeiçoando e todas as ações eram feitas por eles.

Um dos pontos mais discutidos pela Igreja em relação ao conflito, era a proibição, por parte do governo, de reu

niões entre os agricultores. Sabia a Igreja que o direito de reunião era constitucional, não havia motivos para tanta violência.

Um fato verificado em meio ao fracasso da polícia (que violentamente, arbitrariamente agredia agricultores, mulheres e crianças, jogando até bomba de gás lacrimogênio) foi a organização das mulheres. Elas se empenharam em defender os interesses de sua comunidade, ficando diversas vezes em frente aos camburões da polícia, impedindo-os de uma possível penetração nos roçados para destruí-los.

Alguns bispos do Nordeste solidarizaram-se em defesa dos agricultores de Alagamar, todos apelavam para a não violência. Chegaram algumas vezes juntamente com os lavradores, a expulsarem o gado que devoravam as plantações, pois não admitiam uma atitude como a do proprietário Waldomiro Coutinho em deixar o gado tomar conta da lavoura pertencentes aos agricultores, e destruí-las.

Para o bispo de Afogado da Ingazeira, D. Francisco Austregésilo de Athayde, a Paraíba estava desmoralizada, isso porque disse ele, "uma terra onde tange o homem como gado e onde se defende o gado como homem, é uma terra desmoralizada".⁷ Também o arcebispo de Olinda e Recife D. Helder Câmara empenhou-se em encorajar os lavradores a permanecerem nessa luta sem violência, sem armas que é a forma ou estratégia de luta defendida pela Igreja. Enfim todos os membros da Igreja que mantiveram contato com o problema de Alagamar, procuraram denunciar as ameaças, intimidações, promessas feitas somente para desviar os agricultores dos seus interesses, no senti-

do de reforçar suas consciências.

Podemos concluir que a atuação da Igreja em Alagamar foi no sentido de auxiliar os camponeses na sua organização além de funcionar como canal institucional de apoio e divulgação das reivindicações dos camponeses. Destaque-se no entanto, que os agricultores foram os próprios construtores de suas conquistas.

RELAÇÃO IGREJA X SINDICATO EM ALAGAMAR

O relacionamento entre Igreja e Sindicato Rural como vimos no capítulo anterior, começa a existir logo após a presença das Ligas Camponesas (na década de 60). A Igreja temia que os elementos dos partidos da esquerda, com sua idolatria materialista, atraísse e levasse os agricultores a segui-los. Tentando contornar a situação, funda o Sindicalismo Rural Católico, desejo antigo do Partido Comunista, porém barrado por forças do Governo. Contudo, dentro do próprio Sindicato fundado pela Igreja, aparecem opiniões divergentes, provocando desligamento entre alguns dos seus membros. A criação da Ação Popular, vem se contrapor a atuação da Igreja tradicional, pois idealiza um Socialismo cristão.

A Igreja além de fundar alguns Sindicatos cria alguns grupos assistencialistas, o SAR - Serviço de Assistência Rural a JEC, - Juventude Estudantil Católica, a JUC - Juventude Universitária Católica, O MEB - Movimento de Educação de Base, a JAC - Juventude Agrária Católica, a ACR - Ação Católica Rural etc. todas elas procuravam neutralizar a prática usada pelos partidos de esquerda.

Aqui na Paraíba é criada a CEPLAR - Campanha de Educação Popular, que pretendia desestimular as ações dos partidos esquerdista entre os trabalhadores rurais, mas com a implantação da Ação Popular aqui no Estado, a sua atuação passa por sérias redefinições, chegando a formar um frente com outras forças de esquerda.

Em 1975, com a criação da CPT - Comissão Pastoral

da Terra, a Igreja passa a atuar de outro modo, acreditando que o sindicato torna-se o maior instrumento de luta que o trabalhador tem ao seu favor, embora também reconheça outras formas de organização. Na primeira Assembléia da CPT realizada, as maiores preocupações estavam relacionadas ao incentivo das organizações dos trabalhadores.

Vimos também que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, estavam ligados a algumas correntes políticas ou seja, PT(- Partido dos Trabalhadores) e PCB,(- Partido Comunista Brasileiro), os quais controlam as duas centrais sindicais do País, CUT(- Central Única dos Trabalhadores) e CGT(- Central Geral dos Trabalhadores). Inicialmente a Igreja procura trabalhar junto aos camponeses sem depender de uma determinada corrente política presente no sindicalismo rural. No terceiro encontro da CPT a preocupação maior centrava-se sobretudo, no aprofundamento de informações e análise junto as bases, no sentido de compreender as várias tendências nele atuante e a realidade de sociedade. Porém, na prática se observa que ação muitas vezes tem se identificado com algumas correntes sindicais sobretudo com a CUT.

No decorrer do trabalho, podemos constatar que a Igreja esteve presente e apoiando as organizações dos agricultores. Encaminhando os agricultores ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana e Salgado de São Félix. Mostrando que eles deveriam pressionar esses sindicatos e a federação, para que esses, tidos como instrumentos de lutas e reivindicações dos trabalhadores, fizessem alguma coisa em termo judicial, no sentido dos agricultores terem o direito à posse da terra. Porém, toda documentação enviada para esses sindicatos, foram engavetadas por muito tempo, demonstrando dessa forma, o seu compromi-

so diante do Estado, como também não dando nenhuma resposta po
sitiva aos agricultores.

Primeiramente os Sindicatos colocam uma proposta de que os agricultores deveriam comprar a área, financeira pelo Estado. No momento em que é feita essa proposta, os agricultores aceitam, pois ainda não havia uma organização, eles queriam na verdade era a terra. Quando os agricultores aguardavam a compra da terra, os proprietários aproveitam a oportunidade e começam a colocar capangas e pistoleiros na área. Dessa forma começam a tornar insuportável a vida dos agricultores e em determinado momento impediu a plantação. Então quando isso ocorre, a Igreja decide assumir a organização da resistência dos camponeses a sua expulsão. Começa a promover reuniões e logo depois, eles já se organizam sem necessariamente ter a presença da Igreja. Alguns dos seus líderes eram os agricultores Joaquim Guilhermino, Manuel Justino, Antônio Barbosa e outros.

Ficou provado que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado de São Félix era muito fraco, não havia interesse em resolver os reais problemas dos agricultores. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana tinha um advogado que embora se interessasse pela causa dos agricultores, mas pelo fato de morar na cidade, se sentia pressionado pelos proprietários, principalmente a família Borges, tornando dessa maneira a sua prática um tanto suspeita. O controle nesses sindicatos fica bem evidente quando o comandante do 15RI (15º Regimento de Infantaria) escolhe esse recinto e convoca uma reunião para transmitir mensagens do Governo aos Trabalhadores. Sabemos que os locais onde funcionam os sindicatos, são apropri

dos para os trabalhadores discutirem seus problemas e reivindicações e não para servir de local para a repressão fazer o seu discurso tentando com isso desmobilizar os camponeses. Mais uma vez constatamos o controle do Estado sobre esses sindicatos.

A FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado durante o conflito em Alagamar, denunciava as injustiça e violências empregadas pelo poder do Estado sobre os agricultores de Alagamar. Apesar de conhecer a situação, os membros que cumpunham essa Federação não tinham força para pleitear as terras de que tinham direitos aqueles lavradores e que lá estavam instalados há muitos anos. Alvaro Diniz afirmou em nota ao jornal o movimento em janeiro de 1980, que procurava se conduzir perante o governo com sensatez e que nunca havia sofrido nenhum tipo de problema com órgãos de segurança. Tais afirmações nos mostra a fragilidade das posições das pessoas responsáveis pelo encaminhamento das reivindicações e defesa dos agricultores.

Alguns Sindicatos de cidades vizinhas (Alhandra, Caaporá, etc). estavam também envolvidos com o conflito. A maioria desses sindicatos protestavam contra os abusos e violências empregadas contra os colonos de Alagamar e afirmavam solidariedade a luta dos companheiros lavradores que viviam naquela área.

O problema é que as denúncias eram muitas, a solidariedade existia, contudo, o mais interessante seria a luta pela legalização da posse da terra, e isso não estava se concretizando por parte desses sindicatos nem da Federação. Tu-

do que os agricultores conquistaram naquela área, foi graças a sua coragem e resistência e foram auxiliados pela Igreja que de certa forma suplementou a atuação sindical.

NOTA AO CAPÍTULO III

- 01 - "O TRABALHADOR RURAL" - Despeço ameaça famílias na Paraíba, Boletim da CONTAG, nº 9. Set/dez - 1977 pag. 1
- 02 - Alagamar: Um Conflito Solucionado? Dulce Maria Barbosa Cantalice. Tese de Mestrado de Sociologia Rural, C. Grande 1984, pag. 73.
- 03 - Idem, pag. 73.
- 04 - "Polícia Ataca Colonos em Alagamar" Apud. Alagamar (colatânea de recortes de jornais da Arquidiocese da Paraíba - 1982), 1980, pag. 04
- 05 - "Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos" -Do Centro para a margem - D. José Maria Pires, 1980 , pag. 46.
- 06 - "D. José reafirma sua posição e a da Igreja no Caso Alagamar - Piacas". O Norte, 1980.
- 07 - "Bispos e Rurícolas de Alagamar expulsam o gado das plantações" - Desmoralizada - Diário da Borborema, 1980.

CONCLUSÃO

Vimos que o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil pós-64, contribuiu de maneira drástica, para uma maior concentração de terras e conseqüentemente uma maior desapropriação dos agricultores. Com a criação do Proalcool (Programa Nacional do Alcool) em 1975, com vistas principalmente de sanar o problema da falta de combustível no mercado, acarretou sérios transtornos, sobretudo à classe trabalhadora rural, que plantava em seus roçados a própria alimentação, que a partir desse programa foi substituída pela produção da cana-de-açúcar.

Podemos concluir que a agricultura dita moderna, isso porque utilizava o crédito agrícola, mecanização sofisticada, fertilizantes, insumos, etc., somente trouxe o empobrecimento a maioria da população rural e refletindo também na população urbana. O problema da distribuição da terra mais uma vez é protegido, a Reforma Agrária tão necessária ao agricultor é posta de lado, dando vez as grandes concentrações de terras.

Constatamos também, que a posição da Igreja, com relação ao problema da terra, inicialmente, decorreu da sua preocupação com a saída dos agricultores do seu meio, em busca da cidade e essa preocupação, por um lado, era por ser a população da zona rural a mais dotada de religiosidade, por outro, o protestantismo estava se expandindo e procurava justamente as pessoas que estavam passando por maiores dificuldades e precisavam de apoio moral e espiritual. Então esses agricultores que eram expulsos das terras, tornavam-se presa fácil à essas novas Igrejas.

Contudo, paulatinamente a Igreja vai encarando o problema social, principalmente o relacionado a terra, mais concretamente, para isso promove Encontros, para discutir sobre toda a situação que envolvia os trabalhadores rurais. Vimos também que outra grande preocupação, era a introdução dos partidos de esquerda na zona rural, por isso a Igreja incentiva a criação de Sindicatos, sob sua orientação, com intuito de neutralizar o trabalho desse partido.

Procuramos analisar a atuação da Igreja, mais precisamente, no conflito de Alagamar e verificamos que, mesmo antes do surgimento do problema, a Igreja já atuava na área, embora fosse num trabalho a nível de catequizar, era um trabalho de evangelização.

O que levou a Igreja a atuar no conflito de Alagamar, foi sobretudo sua posição em defesa da permanência dos agricultores na terra, como também não admitindo a violência, já que a luta pacífica é uma de suas estratégias de ação. Com podemos constatar, no decorrer desse conflito, a violência empregada pelos comandados do Estado, foi terrível, não havendo o devido respeito pelas mulheres e crianças. Chegou-se a um ponto, que em determinado momento, alguns bispos juntam-se aos agricultores e unidos expulsam o gado pertencentes aos proprietários, que devoravam as lavouras.

Verificamos ainda que a Igreja procurou, dentro das suas concepções, ajudar os camponeses na sua organização. Como instituição, foi a única a servir de canal, apoiando e divulgando as reivindicações dos lavradores, muito embora, todo êxito adquirido pelos agricultores, foram eles próprios que conquista -

am, já que as instituições que deveriam representar os trabalhadores, se mostram débeis e incapazes de realizar esse trabalho de organização visando enfrentar todas as mudanças e violências partidas do governo do Estado e dos grandes proprietários.

1 - LIVROS

- 01 - ADAS, Melhem, Estudos de Geografia, 2ª ed. São Paulo, Moderna, 1979.
- 02 - ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica. 8ª ed. São Paulo, Atlas, 1985.
- 03 - BENEVIDES, Cesar. Camponeses em Marcha. Brasil. Paz e Terra 1985.
- 04 - CASALDÁLIA, Pedro (apresentador) Construir a Terra, Reconstruir a Vida. Petrópolis, Vozes, 1985.
- 05 - ENTREVISTA, de Wanderley Caixe - Conflito de Alagamar. João Pessoa, abril, 1986.
- 06 - FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, ed. Nacional, 1977.
- 07 - GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina, 16ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- 08 - LITE, Rogério C. de Cerqueira. As mil e uma noites das multinacionais. São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- 09 - PIRES, José Maria. Do Centro para a Margem, 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1980.
- 10 - PRADO, Jr. Caio. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo, ed. Brasiliense, 1979.
- 11 - SILVA, José Graziano de. "A Modernização Dolorosa" - Estrutura Agrária Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.
- 12 - VEIGA, José Eli. O que é Reforma Agrária. 7ª ed. São Paulo Brasiliense. 1985.

2 - OUTRAS PUBLICAÇÕES

a) Revistas e Publicações

- 01 - CNBB - Magnificat, Natal em família, 1984.
- 02 - CNBB - Natal em família - 1986.
- 03 - CNBB - "Tive fome e me destes de comer" - Revista "O Recado" nº 68
- 04 - Revista Mundo Jovem - PUC. Porto Alegre, Nºs 171,173,174, 177,178/85, 179/86.
- 05 - Revista Globa Rural. Rio de Janeiro, Rio Gráfica, nº 9, 1986.
- 06 - Revista Raízes. UFPb - C. Grande, nº 23, 1983.

b) Periódicos

- 01 - O Norte - João Pessoa, Paraíba.
- 02 - A União - João Pessoa, Paraíba.
- 03 - Correio da Paraíba - João Pessoa, Paraíba
- 04 - O Movimento
- 05 - Diário da Borborema - Campina Grande, Paraíba

NA ÉPOCA DO CONFLITO ERAM:

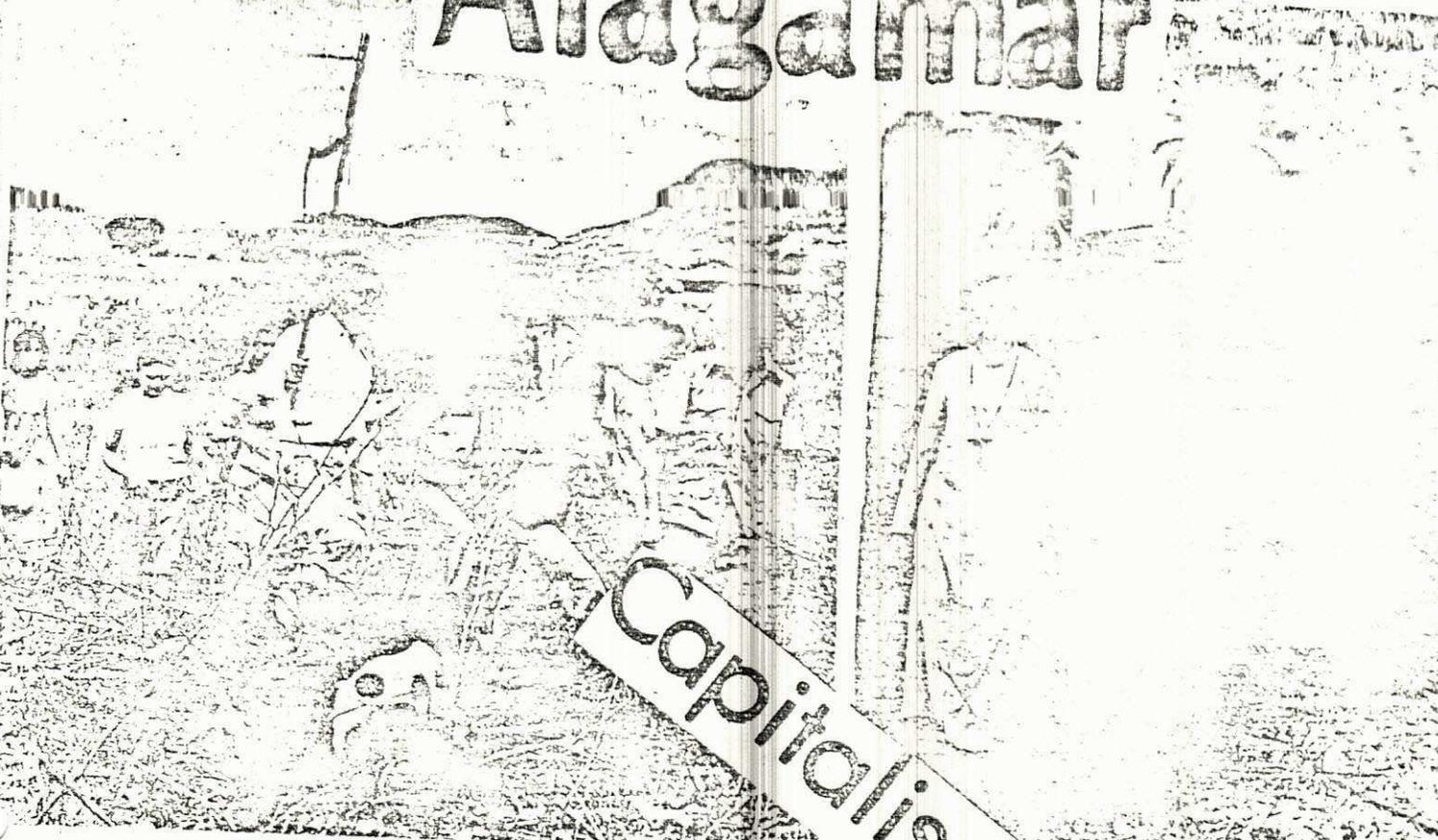
- Presidente da República: João Batista de Figueiredo
- Ministro da Agricultura: Amauri Stabile
- Governador do Estado: Tarcísio de Miranda Burity
- Presidente do INCRA Nacional: Paulo Yakota
- Presidente da CONTAG: José Francisco

ESTA

Alagamar

social nas fazendas reunidas da Grande Alagamar

que não era a solução para o problema de injustiça



Graveto à mão, Dom José corre atrás dos bois

na expulsão (Fotos de Arion Car

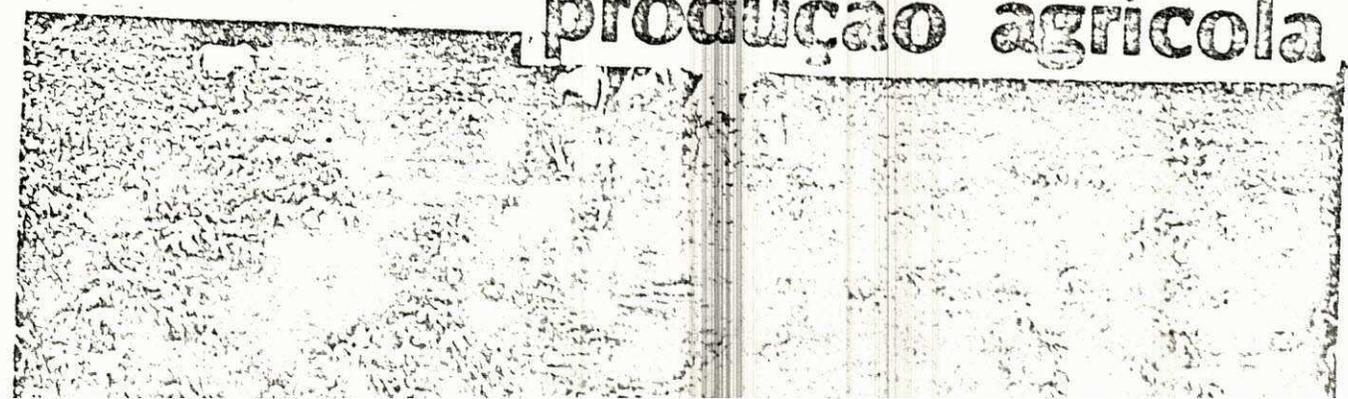
Estado

Capitalismo Selvagem

INVADE

Os agricultores também ajudaram os vaqueiros a tanger o gao das plantações

produção agrícola



Burity não permitirá subversão no campo

O governador Tarcísio Burity disse ontem que a presença de força policial não resolverá o problema de terras em Alagamar, Piacas ou em qualquer outra localidade. "Somente a reformulação da legislação agrária, transformando o sistema fundiário do País, é que eliminará os conflitos, erradicará as tensões sociais e contribuirá decisivamente para uma maior produção e produtividade do setor primário nacional", observou.

- E perfeitamente compreensível - afirmou o governador - que cada cidadão ou grupo de pessoas tenham opiniões divergentes sobre a solução que deva ser dada a um determinado problema. O Poder Público, porém, tem a lei para aplicar e é nos seus dispositivos que deve buscar justificativa e apoio para sua ação. No caso de Alagamar e Piacas, o Governo do Estado tem cumprido a lei. A força policial mantém a ordem, e as questões entre as partes envolvidas no conflito devem ser encaminhadas ao Poder Judiciário para apreciação.

Assegurou o sr. Tarcísio Burity que o Governo não permitirá ação subversiva no local. "Seja desenvolvida por proprietários, por agricultores ou por quaisquer outras pessoas". Ele reafirmou que pessoas estranhas, particularmente estrangeiros - "que, como os brasileiros, devem respeitar a legislação do País que os acolhe" - não deverão frequentar a região conflitada. "pois é preciso desaquecer a tensão social e isto só será possível se camponeses e

donos de terras puderem trabalhar sem ingerência de pessoas alheias ao meio, e estabelecendo contratos de arrendamento de terras, com a intervenção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado."

- A presença da polícia na área em conflito - esclareceu o governador - foi uma necessidade identificada por agricultores e proprietários que, em março do ano passado, nos primeiros dias do meu Governo, me disseram ser esta providência a única capaz de evitar derramamento de sangue e até vítimas fatais. Ao assumir a administração estadual, já encontrei em ebulição o problema de Alagamar e Piacas, onde várias cenas de sangue haviam sido registradas pelo boletimário da imprensa. Um dos meus primeiros atos foi me dirigir ao local onde, ouvindo camponeses e proprietários, cheguei à conclusão de que deveria deslocar para ali uma força policial, a fim de que ao mesmo tempo em que procedesse a um desarmamento dos litigantes, assegurasse um mínimo de ordem pública à área em conflito.

- Ao Governo do Estado - declarou o sr. Tarcísio Burity - cabe manter a ordem pública e o estrito cumprimento da lei. E foi com esse propósito que, mesmo consciente de que a questão de Alagamar e Piacas somente poderá ser resolvida por decisão do Governo Federal, é que mandei para a área a polícia, com a recomendação expressa de, numa ação imparcial, evitar confrontos entre agricultores e proprietá-

rios. A paz e a ordem deveriam ser mantidas, sem que o braço da força pudesse beneficiar qualquer das partes envolvidas no conflito.

- Ao mesmo tempo - lembrou o governador - desceu o assunto ao Governo Federal, especificamente junto ao Ministério da Agricultura e ao Inera, incisivas e frequentes gestões para que se efetivasse prontamente a desapropriação de 2 mil hectares de terras procedida por decreto do então presidente Geisel. Este meu empenho, de que toda a Paraíba tomou conhecimento, através de divulgação pela imprensa, provocou a publicação de um novo decreto, já no Governo do presidente Figueiredo, melhorando, tecnicamente o diploma legal anterior. No momento, uma equipe do Inera trabalha, na área desapropriada, nos serviços de demarcação das terras cujos títulos de posse serão emitidos tão logo sejam concluídos os trabalhos.

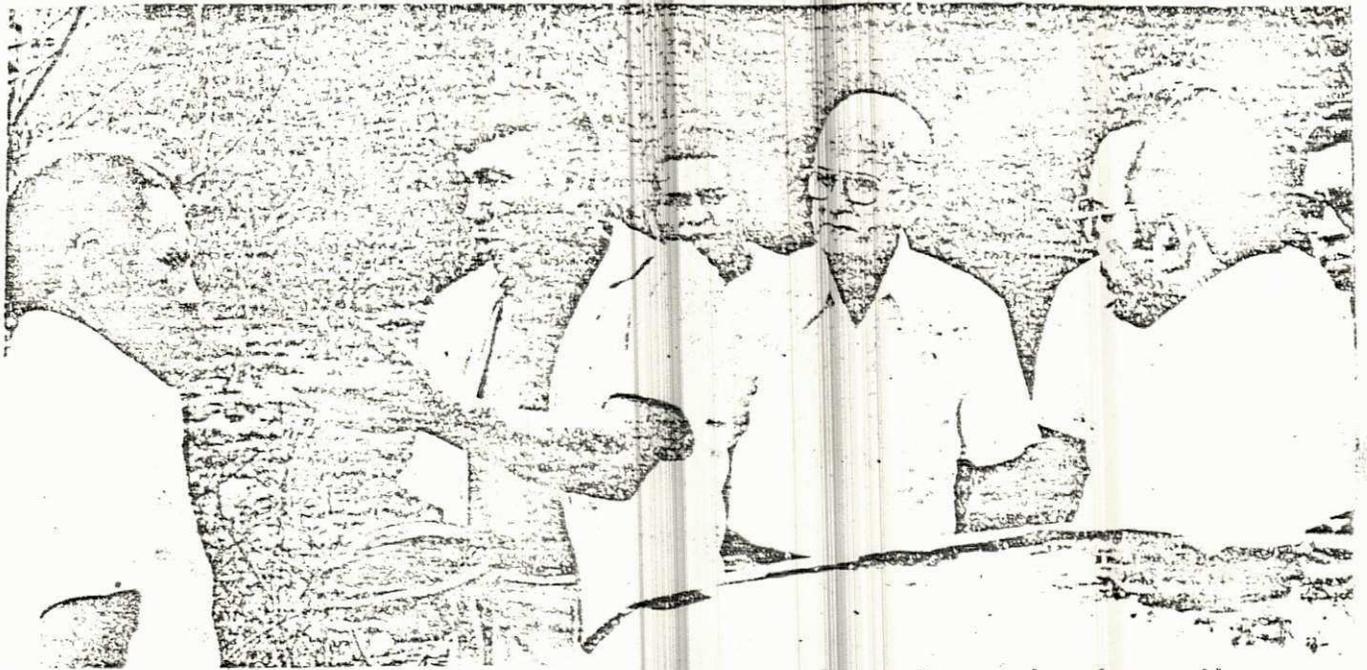
Convencido, finalmente, de haver tomado todas as providências para a manutenção da ordem pública e garantia dos interesses sociais na região, advirto com toda a clareza e imbuído de toda a autoridade de governante que, dentro da lei e dos instrumentos coercitivos do Estado, não contemporearei com todos aqueles que tentam atingir os inalienáveis direitos do cidadão e a imperturbável paz da família paraitana, que cabe ao Governo preservar a qualquer custo - concluiu o sr. Tarcísio Burity.

QUEM SÃO OS SUBVERSIVOS?

Sabemos todos que a subversão é uma ação que visa a destruição do Estado e a substituição do regime atual por outro. Os subversivos são aqueles que se dedicam a esta atividade, seja através de atos de violência, seja através de meios pacíficos, mas sempre com o objetivo de destruir o Estado e a sociedade atual.

ty garante:

ESTR



O agricultor leva ao governador Tarcísio Burty a sua versão sobre os fatos registrados em Alagamar

F. UNIAO - 16-01-80

Governador esteve em Alagamar para ouvir agricultores sobre violência

Denúncias de que Alagamar havia se transformado num "Campo de Concentração" - com mulheres, homens e crianças doentes sem direito a assistência médica - e a polícia espancando os agricultores, levaram o governador Tarcísio Burty, o secretário Aloysio Pereira, da Saúde, o coronel Severino Talião de Almeida, comandante da Polícia Militar, e jornalistas de todo Estado a visitar o local, domingo passado.

Na residência da sra. Maria Francisca da Conceição, que sofreu um aborto em consequência do susto causado por uma bomba de gás lacrimogênio soltada na região, o governador se encontrou com alguns camponeses e foi até o sítio Caipora ver uma criança desidratada por causa do corre-corre de pessoas causado pela bomba.

Em Caipora, ouviu diversos agricultores que denunciaram o es-

pancamento efetuado pelos soldados na noite em que foi lançada a bomba de gás lacrimogênio. Os camponeses explicaram que o incidente foi gerado por uma notícia falsa dada por três homens que ocupavam um volks branco, dizendo-se jornalistas, e anunciando que o governador estaria em Maria de Melo dentro de mais alguns instantes.

Informada de que poderia haver um conflito entre proprietários armados e camponeses, a polícia ao ver os agricultores reunidos na expectativa de ver o governador mandou que o grupo composto por mais de 300 pessoas se dispersasse.

Meia-hora depois, os agricultores se reuniram novamente e ficaram esperando o governador. Os policiais vendo os camponeses aglomerados lançou uma bomba de gás lacrimogênio no local, o que causou pânico e fez com que muitos agricultores fossem acidentados.

Terminadas as denúncias, Burty perguntou se os camponeses desejavam que o Governo do Estado retirasse o contingente policial de Alagamar, posto desde o início de 79 para garantir a ordem e evitar "um acidente grave", conforme explicou.

Os agricultores foram unânimes em pedir a permanência do contingente policial desde que esse ficasse agindo de maneira imparcial. O governador, face a diminuição das tensões, disse que não mais estava proibida a entrada de pessoas em Alagamar e que criaria, na região, um posto de Saúde com médico, enfermeira e remédio para ser distribuído com a comunidade.

Finalizando, assegurou que a polícia continuaria em Alagamar de maneira imparcial porque não é função da polícia tanger gado ou pastorear".

1º janeiro de 1980

12

rio de Se-
rdem está
soas esta-

É constitucional o direito de reunião

mudanças

"E com alegria e tristeza que estou aqui. Alegria é por ver o fardo estragado a trieza por de vocês. Os Governantes, ao sumirem o Governo, juraram defender a constituição e a liberdade política. Esse direito de reunião de vocês, esse direito de reunião de vocês, estão tirando a força", disse Dom Francisco Assis de Melo, condenando a proibição feita aos agricultores de promover reuniões.

Fazendo comparação entre a situação dos agricultores de Alagoas e trechos da Bíblia, Dom Francisco mostrou-se confiante em que uma solução será dada ao conflito e pediu aos agricultores que "continuem nessa luta de resistência, mas não com violência. Na", lutem pela reforma agrária.

Dom José: "Os humildes não de resistência no campo vão de vitoriar."

ESTA

João Pessoa, quinta-feira 03 de janeiro de 1980

"A causa dos agricultores há de vitoriar, porque é causa dos pequenos, dos humildes e de Deus e a ordem dada à policia de dissolver qualquer ajuntamento camponês é uma arbitrariedade, porque eles têm necessidade de se reunir, para defender suas posses e suas lavouras". A afirmativa é do arcebispo Dom José Maria Pires, ao comentar ontem para a imprensa as prisões efetuadas por policiais da Secretaria de Segurança, na grande Alagamar.

— "Coibir suas reuniões é uma violência e estou certo de que a causa dos agricultores há de vencer, pois, cabe ao poder público oferecer a segurança aos pequenos e aos humildes, que são os preferidos de Deus e devem ser os primeiros beneficiários de uma autoridade que tem consciência de estar servindo ao povo - afirmou Dom José.

Para Dom José a Secretaria de Segurança não está dando segurança aos mais fracos "pois são justamente aqueles que justificam a existência de uma Secretaria de Segurança, porque

os fortes e os poderosos já estão devidamente seguros".

O Arcebispo confirmou haver apelado para o Governador do Estado resolver a situação aflitiva de Alagamar e que o sr. Tarcisio Burity foi ac local juntamente com ele para verificar se a ordem estava sendo cumprida ou se estava ocorrendo desmandos. Os dois, foram então a Pilar onde se encontravam presos a freira e o agricultor Cicero Tiburtino. Somente com suas chegadas é que foram retirados da cadeia, sendo a freira conduzida até João Pessoa e o agricultor para sua casa em uma viatura da própria Secretaria de Segurança.

Embora a versão oficial diga que Cicero tenha sido preso por estar provocando a ordem, um próprio soldado da PM afirmou ao governador que o prendera porque "ele desrespeitou a minha autoridade". Mas, com ou sem a "autoridade" do soldado desrespeitada, o agricultor foi solto por determinação expressa do próprio governador.

Acusados de "atividades ilegais" na região de Alagamar, a freira holandesa Helena Burgers, que há 10 anos trabalha na Arquidiocese da Paraíba e o trabalhador rural Ciceto Tiburtino foram detidos na delegacia de polícia de Pilar, a 60 km de João Pessoa, sendo soltos horas mais tarde somente com a intervenção de alguns membros do governador Tarcísio Burity e do arcebispo dom José Maria Pires.

O lavrador fora preso sob a acusação de desrespeitar a ordem da Secretaria de Segurança Pública proibindo reuniões de camponeses na área de Alagamar, e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese enviou a religiosa, sua funcionária para prestar-lhe assistência, mas ela acabou sendo também presa e recambiada para o município de Pilar. A detenção de ambos chegou ao conhecimento do arcebispo, que de imediato avisou ao governador Burity e este propôs que juntos fossem a Pilar, o que foi feito à meia noite de terça-feira, quando os detidos foram liberados.

A irmã Helena trabalha numa pequena comunidade de freiras na localidade de Cajá, integrando ainda a Ação Pastoral de agricultores da Arquidiocese. No desempenho dessa missão, ela já esteve em Alagamar em diversas ocasiões. Quando surgiu a notícia de que um agricultor havia sido preso depois do último conflito na área, ela foi enviada para se inteirar da situação e acabou também recolhida pela polícia.

O bispo Dom José lembra que ao saber das duas detenções ficou preocupado e de imediato se comunicou com Burity. Este lhe informou que já havia dado ordem para que fossem postos em liberdade. Mesmo assim, dom José informou que iria pessoalmente a Pilar para se certificar da libertação do casal. Burity, em resposta, pediu para acompanhá-lo. Em Pilar, por terem se antecipado, foram informados de que a ordem ainda não havia chegado ao destacamento policial.

Imã afirma que 'agricultor foi espancado pela polícia

"Fui presa na tarde de anteontem, em Alagamar, pelo Tenente Silva, do destacamento de Guarabira que, na oportunidade, estava armado com um lança bombas. Na ocasião ele disse que eu não podia me deslocar até o local onde se dava a reunião dos agricultores". Declarou a freira Marlene Burgers, holandesa radicada no Brasil e residente na rua São Rafael, Conjunto Castelo Branco.

A irmã destacou, ainda, que "não sofri nenhuma agressão física. Entretanto, o agricultor que foi preso na mesma oportunidade, pouco antes de mim, foi espancado a coronhadas de fuzil em Alagamar e quando foi levado para a cela em Pilar pelo delegado daquele local e o guarda que o auxiliava".

"O Governador do Estado, que foi a Pilar me libertar, juntamente com o Arcebispo, disse-me que eu tinha o direito de me locomover para onde quizesse. Entretanto, ressaltou que o Secretário de Segurança, ao me deter estava se baseando em legislação federal que diz ser proibida a presença de estrangeiros em zona de conflitos", disse a irmã Marlene.

A freira destacou ainda para o repórter



ã Marlene Burgers revelou detalhes de sua prisão em Pilar

Freira presa pela Polícia em Pilar é libertada por Burity

NORTE 30-12-1977
Zé da Silva



Quando a Paraíba vai deixar de assistir Tom e Jerry em Alagamar?

NORTE 1-1-1980
Zé da Silva



Os "cavalos" atacam. Os bispos se movem. E os peões? Bom, esses acabam mesmo no xadrez.

Zé da Silva



Parece que querem acabar com a Igreja: ferem cardeal e prendem freiras. É o Brasil ano 80

NORTE 16-1-80
ZÉ DA SILVA



Por causa da Abertura, os estudantes abriram o "jogo" e Bronzeado vai abrir os inquéritos...

NORTE 0-1-1980
Zé da Silva



Vão botar vaca no jogo de xadrez. Bispo num tá virando vaqueiro, ué?

NORTE 10-1-1980
ZÉ DA SILVA



Tudo bem em Alagamar. As bombas foram para espantar mosquitos e a policia está lá para "banquetes" com os agricultores...

NORTE 08 01-80
Zé da Silva



Só tem estrangeiros nesse Governo. É Abi-Ackel, Ucik, Rischbieter, Farhat...



Em Alagamar os bispos tangeram o gado e quase eram tangidos pelos policiais...

Gua
hoje
ao

Em
presen
do Com
tras au
jo par
horas.
neral
oferec
Clube
readore
de rep
das um
Estado

Dur
vra o a
da Jur
prefeio
nome a

B
ontes
visao
Ediso
Divisa
discu
mento
luta a
das e
que a
quilo
quilac
O
passa
Pesso
ness
amist
mesm
ô e p
teve
Coma
Marce
dades

" H I N O D E A L A G A M A R . Nº 01

M Ú S I C A : SEVERINO IZIDRO FAUSTINO

REFRÃO:

Alagamar meu coração/teu povo humilde espera uma solução/
nossa vitória fica na história, a tua glória é a nossa união.

Alagamar de itabaiana e Salgado
teu nome foi divulgado no rádio e mais de um jornal
nos sindicatos rurais e federação
fóro e confederação e no senado Federal.

Teu povo forte sem violência e sem guerra
numa luta pela terra e pela boa produção
da agricultura que o nosso povo consome
e quem consagra este teu nome não se curva a invasão.

Teus filhos querem permanecer no trabalho
sabendo que és um retalho que o pobre inda arranja o pão
Alagamar de tantas belezas mil tu sabes que no Brasil
acabou-se escravidão.

Nossa tensão social roganizada ela nunca foi
forjada por quem usa de outros feitos
foram as prisões e os despejos inimigos
que fizeram meus amigos procurarem seus direitos.

Não temos ódio nem reguiça, nem vingança
mais temos a esperança da nossa libertação
pra nosso povo ter produtos agradáveis
nós somos os responsáveis por sua alimentação.

Tu tens cultura de mandioca e banana,
nunca te plantaram cana, mas teu solo tudo dar
teus verdes campos de algodão, milho e arroz
vão testemunhar depois que o povo quiz trabalhar.

Na complacencia com tanta serenidade sonhando
com a liberdade e plantar o que a terra dar
o agricultor rude sem vez e sem nome
nú e crú morrendo a fome e o rico á escrãvizar.

Os teus escombros de jurema e calombi, juszeiro e jucuri
quem corta é o trabalhador cam muito amor pela família parece
e quase ninguém reconhece quanto é grande o teu valor.